



**Centro Universitário de Brasília - UniCEUB**  
**Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais**

**CAROLINA DIAS RIBEIRO**

**ROUBO EM TRANSPORTE COLETIVO**  
**E O CONCURSO DE CRIMES**

**BRASÍLIA**  
**2015**

**CAROLINA DIAS RIBEIRO**

**ROUBO EM TRANSPORTE COLETIVO  
E O CONCURSO DE CRIMES**

Projeto de Monografia do Programa de  
Graduação em Direito da Faculdade de  
Ciências Jurídicas e Sociais, do Centro  
Universitário de Brasília – UniCEUB.

Orientador: Prof. José Osterno.

**BRASÍLIA  
2015**

**CAROLINA DIAS RIBEIRO**

**ROUBO EM TRANSPORTE COLETIVO  
E O CONCURSO DE CRIMES**

Projeto de Monografia do Programa de  
Graduação em Direito da Faculdade de  
Ciências Jurídicas e Sociais, do Centro  
Universitário de Brasília – UniCEUB.

Orientador: Prof. José Osterno.

BRASÍLIA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. José Osterno Campos de Araújo  
Orientador

---

Prof. Examinador

---

Prof. Examinador

*Dedico a Deus, pelo presente da vida.*

*Dedico aos meus amados pais – Junara Maria Fernandes Dias e Luis Henrique Santos Ribeiro – que, por meio de muita luta, me permitiram e me incentivaram a chegar até aqui e, por estarem ao meu lado em todos os momentos, foi possível que esse sonho se tornasse realidade.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço:

Primeiramente, a Deus por me conceder o dom da vida e as graças para chegar até aqui.

Aos meus pais, Junara e Luis, por todos os ensinamentos ao longa da vida, principalmente aqueles que serviram para a formação do meu caráter e pelos exemplos de honestidade e humildade. E, ainda, por se fazerem presentes em todos os momentos.

Aos meus irmãos, Luis Felipe e Vinicius, que de alguma forma me ajudaram a percorrer o meu caminho ao longo destes 5 anos.

Ao meu orientador, Professor José Osterno, por toda a paciência, atenção e por todo conhecimento compartilhado que tornou possível a realização deste trabalho.

## RESUMO

O presente trabalho acadêmico tem por objetivo analisar o roubo praticado no interior de transportes coletivos contra várias vítimas – muito recorrente na realidade da sociedade brasileira – e adequá-lo a melhor espécie de concurso de crimes. Para tanto, busca-se expor todos os conceitos e características pertinentes ao delito de roubo, bem como todas as espécies de concurso de crimes, quais sejam, o concurso material, o concurso formal e a continuidade delitiva. Em capítulos próprios, restarão demonstradas as características de cada instituto, bem como suas respectivas formas de aplicação no Direito Penal Brasileiro. Noutro giro, analisar-se-á a jurisprudência do caso proposto e será verificado que o entendimento dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios acerca do delito comento no presente trabalho, apesar de pacífico, encontra-se divergente do posicionamento doutrinário analisado.

**Palavras-chave:** Concurso formal. Continuidade delitiva. Elementares. Roubo. Transporte. Coletivo. Vítimas.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>1 ROUBO .....</b>	<b>10</b>
1.1 Previsão Legal .....	10
1.2 Conceito de Roubo.....	11
1.3 Sujeitos do crime .....	13
1.3.1 Sujeito Ativo .....	13
1.3.2 Sujeito Passivo .....	14
1.4 Objetividade jurídica .....	15
1.5 Tipo Penal do Roubo.....	16
1.5.1 Tipo objetivo .....	17
1.5.2 Tipo subjetivo .....	19
1.6 Espécies.....	20
1.6.1 Roubo próprio.....	20
1.6.1.1 <i>Consumação e Tentativa do Roubo Próprio</i> .....	21
1.6.2 Roubo impróprio .....	23
1.6.2.1 <i>Consumação e Tentativa do Roubo Impróprio</i> .....	24
1.7 Circunstâncias do crime de roubo .....	25
1.7.1 Violência.....	25
1.7.2 Grave ameaça.....	27
1.7.3 Coisa alheia móvel .....	27
1.8 Roubo majorado pelo emprego de arma.....	28
1.9 Demais roubos majorados .....	29
1.9.1 Concurso de duas ou mais pessoas .....	29
<b>2 CONCURSOS DE CRIMES .....</b>	<b>30</b>
2.1 Conceito .....	30
2.2 Concurso material .....	30
2.2.1 Concurso material benéfico.....	33
2.3 Concurso formal ou ideal .....	34
2.3.1 Requisitos.....	35

2.3.2 Espécies.....	36
<b>2.3.2.1 Concurso formal perfeito/próprio .....</b>	<b>36</b>
<b>2.3.2.2 Concurso formal imperfeito/impróprio.....</b>	<b>37</b>
<b>2.4 Crime continuado ou Continuidade delitiva .....</b>	<b>38</b>
2.4.1 Espécies.....	39
<b>2.4.1.1 Crime continuado comum ou simples.....</b>	<b>39</b>
<b>2.4.1.2 Crime continuado qualificado ou específico .....</b>	<b>40</b>
2.4.2 Natureza jurídica .....	41
2.4.3 Teorias do Crime Continuado.....	43
2.4.4 Requisitos.....	45
<b>3 ROUBO EM TRANSPORTE COLETIVO.....</b>	<b>48</b>
3.1 Análise Doutrinária .....	48
3.2 Análise Jurisprudencial .....	49
3.3 Concurso formal x Continuidade delitiva .....	55
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>57</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>60</b>



## INTRODUÇÃO

O tema a ser abordado no presente trabalho encontra-se previsto no Direito Penal e versa sobre um problema de ocorrência frequente no cotidiano da sociedade brasileira, qual seja, o modo de apenação do agente que comete o delito de roubo contra várias vítimas em transportes coletivos.

Aqui, buscar-se-á a resposta à questão: aquele que adentra transporte coletivo e mediante violência ou grave ameaça, subtrai coisas alheias móveis de diversas vítimas, terá o apenamento nos moldes do concurso formal de crimes ou da continuidade delitiva?

A resposta cobra a análise dos aspectos do crime de roubo. Requer, ademais, a análise do concurso de crimes e de suas espécies – concurso formal, material e continuidade delitiva. E ao final, a análise jurisprudencial e doutrinária quanto ao tema proposto.

No primeiro capítulo, abordar-se-á as particularidades do delito de roubo, quais sejam, o conceito do crime, os sujeitos ativo e passivo, a objetividade jurídica, o tipo penal do roubo, as espécies – roubo próprio e impróprio – e o momento consumativo de cada uma delas, as circunstâncias do crime e, ainda, as majorantes do emprego de arma de fogo e do concurso de pessoas.

No segundo capítulo, analisar-se-á o concurso de crimes, o concurso material e material benéfico, o concurso formal, seus requisitos e suas espécies – concurso formal perfeito/próprio e imperfeito/impróprio – e, ainda, a continuidade delitiva, comum/simples e específico/qualificado, a natureza jurídica deste concurso de crimes, as teorias e os requisitos.

No terceiro e último capítulo, buscar-se-á analisar: qual o entendimento adotado pelo Supremo Tribunal Federal, pelo Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios quanto à forma de apenamento ao delito cometido por

aquele que, no interior de transporte coletivo, subtrai bens alheios móveis de vítimas diversas? Ademais, analisar-se-á o posicionamento adotado pela doutrina quanto ao crime em comento e quanto à espécie mais adequada de concurso de crimes a ser aplicada.

Evidencia-se que o concurso formal de crimes se caracteriza por uma só conduta que desencadeia mais de dois crimes e continuidade delitiva se dá mediante mais de uma ação que desencadeia dois ou mais crimes da mesma espécie, com condições de tempo, lugar, maneira de execução. Questiona-se: seria mais adequado considerar o roubo a transporte coletivo praticado contra vítimas diversas como concurso formal ou continuidade delitiva?

## 1 ROUBO

No presente capítulo abordar-se-á a previsão legal do delito de roubo, bem como as características pertinentes ao referido tipo penal.

### 1.1 Previsão Legal

O delito de roubo encontra-se previsto no artigo 157, do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, denominado Código Penal Brasileiro.

O referido dispositivo penal, assim dispõe, *verbis*:

“Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:

Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa.

§ 1º - Na mesma pena incorre quem, logo depois de subtraída a coisa, emprega violência contra pessoa ou grave ameaça, a fim de assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa para si ou para terceiro.

§ 2º - A pena aumenta-se de um terço até metade:

I - se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma;

II - se há o concurso de duas ou mais pessoas;

III - se a vítima está em serviço de transporte de valores e o agente conhece tal circunstância.

IV - se a subtração for de veículo automotor que venha a ser transportado para outro Estado ou para o exterior; (Incluído pela Lei nº 9.426, de 1996)

V - se o agente mantém a vítima em seu poder, restringindo sua liberdade. (Incluído pela Lei nº 9.426, de 1996)

§ 3º Se da violência resulta lesão corporal grave, a pena é de reclusão, de sete a quinze anos, além da multa; se resulta morte, a reclusão é de vinte a trinta anos, sem prejuízo da multa. (Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996) Vide Lei nº 8.072, de 25.7.90.”<sup>1</sup>

A presente análise tem como principal objetivo discorrer sobre o crime supracitado, abrangendo para tanto o conceito de roubo e suas características.

---

<sup>1</sup> BRASIL. Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Rio de Janeiro, 1940. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm)>. Acesso em: 13 jul 2015.

## 1.2 Conceito de Roubo

A previsão legal prevista no caput do art. 157 do Código Penal, assim define o crime de roubo “subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência”, demonstrando os elementos constitutivos e a complexidade do delito.

O crime de roubo é a subtração de coisa alheia móvel, característica do crime de furto, associada a circunstâncias especialmente relevantes dispostas na lei<sup>2</sup>. É composto pela subtração (mesma característica do crime de furto) conjugada com o emprego de grave ameaça ou violência a pessoa.<sup>3</sup>

Salienta Marcos Vinicius Rodrigues Cesar Doria que o crime de roubo é o furto agravado pelo emprego de violência física ou psíquica contra a pessoa ou, ainda, por outro meio que a impeça de resistir à ação e às intenções do agente ativo do delito.<sup>4</sup>

Prado defende que, *verbis*:

“[...] o roubo nada mais é um furto qualificado pelo emprego de violência ou grave ameaça contra pessoa, haja vista que ambos tratam da subtração de coisa alheia móvel, ressaltando-se que durante a evolução da matéria nem sempre houve proporcionalidade ao castigar-se o denominado furto violento, levando a doutrina a tecer críticas severas, principalmente quando da instituição da pena de morte para o autor de roubo.”<sup>5</sup>

---

<sup>2</sup> MIRABETE, Julio Fabbrini, FABBRINI, Renato N. **Manual de Direito Penal**: parte geral. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 221.

<sup>3</sup> GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal**: parte especial (arts. 155 a 249 do cp). 8.ed. Rio Janeiro: Impetus, 2011.

<sup>4</sup> DORIA, Marcos Vinicius Rodrigues Cesar. **Furto, Roubo e Latrocínio**. São Paulo: Servanda, 2011. v.1. p. 419.

<sup>5</sup> PRADO, Luiz Regis. **Tratado de Direito Penal Brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. p. 102.

O roubo é uma espécie do gênero furto, ou seja, um furto qualificado pelo emprego de grave ameaça ou violência à pessoa ou, ainda, qualquer outro meio capaz de reduzi-la à impossibilidade de resistir.<sup>6</sup>

O crime de roubo possui, assim, a mesma característica do crime de furto (artigo 155 do Código Penal), qual seja, “subtrair coisa alheia móvel para si ou para outrem”. Contudo, para que haja a configuração da infração penal em comento exige-se, ainda, o emprego de violência ou grave ameaça à pessoa.

Dessa forma, o núcleo da mencionada infração penal é o ato de subtrair coisa alheia móvel para si ou para outrem. O verbo subtrair é empregado no sentido de retirar, tomar coisa alheia móvel, com o respectivo *animus furandi*, ou seja, com a intenção de ter o objeto alheio para si ou para outrem.

No que concerne ao momento consumativo do crime de roubo, há que se ressaltar a existência de dois entendimentos doutrinários diversos. O primeiro entende que o roubo, assim como o furto, consuma-se quando a coisa sai da esfera de vigilância do ofendido, obtendo o agente a posse tranquila do bem, ainda que por um curto período de tempo. O segundo, por sua vez, entende que o roubo se consuma quando há a efetiva subtração da *res* com o emprego de grave ameaça ou violência à pessoa.

Sobre o tema, leciona Weber Martins Batista que:

“[...] há, como diz Mirabete, uma corrente minoritária, com a qual também ele não concorda, entendendo que o roubo se consuma com a prática de violência, independente da subtração. A grande maioria, entende, como Mayrink, que o momento consumativo do roubo é o da efetiva subtração da coisa com o emprego de violência ou grave ameaça.”<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> BATISTA, Weber Martins. **O furto e o roubo no Direito Penal e no Processo Penal**: doutrina e jurisprudência. 3 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014. p. 193.

<sup>7</sup> BATISTA, Weber Martins. **O furto e o roubo no Direito Penal e no Processo Penal**: doutrina e jurisprudência. 3 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014. p. 205.

Válido ressaltar, ademais, que o delito de roubo, apesar de previsto no rol de crimes contra o patrimônio, deve atingir, ainda, a integridade física ou psíquica da vítima. O agente no momento em que comete a referida infração penal atua com ânimo de subtrair coisa alheia móvel de uma pessoa, para si ou para outrem, mediante violência ou grave ameaça à vítima.

### 1.3 Sujeitos do crime

Igualmente como nos demais delitos, no crime de roubo há dois tipos de sujeito, quais sejam, o sujeito ativo e o sujeito passivo, podendo ser mais de uma pessoa, em ambos os casos.

#### 1.3.1 Sujeito Ativo

O agente ativo do crime de roubo, assim como no crime de furto, pode ser qualquer pessoa, por se tratar de um crime comum, excetua-se, entretanto, o proprietário, devido à ausência da elementar coisa “alheia”. Caso este venha a praticar a subtração, poderá responder por exercício arbitrário das próprias razões, a depender das circunstâncias e do elemento subjetivo que conduzir sua conduta, além de se submeter às sanções correspondentes à violência utilizada.<sup>8</sup>

O roubo é um crime comum, ou seja, qualquer pessoa pode praticá-lo, com exceção do possuidor ou proprietário do bem.<sup>9</sup> Em igual sentido, Masson entende poder ser o sujeito ativo qualquer pessoa, exceto o proprietário do bem, já que a lei penal fala em coisa “alheia”.<sup>10</sup>

Prado, igualmente, dispõe que o sujeito ativo do crime de roubo pode ser qualquer pessoa, por se tratar de um delito comum, porém excetua o proprietário do bem, que

---

<sup>8</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 227.

<sup>9</sup> CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**: parte especial. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. v.2. p. 470

<sup>10</sup> MASSON, Cleber Rogério. **Código Penal Esquematizado**: parte especial. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2011. v.2. p. 309.

pode responder por exercício arbitrário das próprias razões previsto no artigo 345 do Código Penal.<sup>11</sup>

Salienta-se, ademais, que na hipótese de haver dois agentes ativos e um deles limita-se a segurar a vítima para que o outro subtraia-lhe os bens, fala-se em coautoria, uma vez que ambos cometeram os atos executórios previstos no tipo penal do roubo. O primeiro utilizou-se da violência e o segundo subtraiu o bem alheio, em uma verdadeira divisão de tarefas.<sup>12</sup>

Dessa forma, conforme elucidado, o sujeito ativo do delito ora em apreço pode ser qualquer pessoa, não se exigindo características especiais, por se tratar de um crime comum. Há, porém, a exceção de não poder ser o proprietário ou possuidor direto ou indireto da coisa o agente ativo do crime de roubo.

### 1.3.2 Sujeito Passivo

O sujeito passivo do delito de roubo pode ser o proprietário, o possuidor, o detentor da coisa ou, ainda, terceiro que sofra violência ou grave ameaça, mesmo que não seja seu o patrimônio subtraído.

Conforme explica Bitencourt:

“sujeito passivo também pode ser proprietário, o possuidor e, eventualmente, o mero detentor da coisa, ou até mesmo terceiro que sofra a violência. O sujeito passivo da violência ou da ameaça pode ser diverso do sujeito passivo da subtração; pode ocorrer com efeito, que a violência seja empregada não contra o proprietário ou possuidor da coisa alheia, mas contra terceiro. Nessa hipótese, haverá dois sujeitos passivos: um em relação à violência, ambos vítimas de roubo, sem, contudo, dividir a ação criminosa, que continua única. As duas vítimas – do patrimônio e da

---

<sup>11</sup> PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro**: parte especial: arts. 121 a 183. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. v.2. p. 348.

<sup>12</sup> GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Dos crimes contra o patrimônio**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 27.

violência – estão intimamente ligadas pelo objetivo final do agente: subtração e apossamento da coisa subtraída.<sup>13</sup>

Prado, por sua vez, dispõe que o sujeito passivo do delito de roubo pode ser tanto o proprietário como o possuidor do bem subtraído, mas não só estes.<sup>14</sup>

A ofensa efetuada no crime de roubo pode ser tanto imediata quanto mediata. Esta é a empregada contra terceiro diverso do proprietário ou possuidor do bem, verificando-se, assim, a dupla subjetividade passiva, uma vez que uma pessoa sofreu a grave ameaça ou violência e a outra teve seu patrimônio lesado. Já aquela é a empregada contra o proprietário ou possuidor da coisa, onde há apenas um único sujeito passivo.<sup>15</sup>

O sujeito passivo pode ser o proprietário, o possuidor ou o detentor da coisa e, ainda, qualquer pessoa que vier a ser atacada pela violência ou grave ameaça. E por se tratar de delito complexo, é plenamente possível que haja mais de uma vítima em apenas um roubo.<sup>16</sup>

Em igual sentido, salienta Octahydes que o sujeito passivo do crime de roubo pode ser o proprietário, o possuidor, o detentor e pessoas diversas as quais sejam sujeitas a violência ou a grave ameaça. Ademais, por se tratar de um crime complexo, protegendo diversos bens jurídicos, é possível a ampliação do rol dos sujeitos passivos.<sup>17</sup>

---

<sup>13</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 227/228.

<sup>14</sup> PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro**: parte especial: arts. 121 a 183. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. v.2. p. 349.

<sup>15</sup> MASSON, Cleber Rogério. **Código Penal Esquematizado**: parte especial. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2011. v.2. p. 301.

<sup>16</sup> GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Dos crimes contra o patrimônio**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 27.

<sup>17</sup> JUNIOR, Octahydes Ballan. **Furto, roubo e extorsão: doutrina, jurisprudência e prática jurídica**. Leme: J.H.Mizuno, 2013. p. 128.



#### 1.4 Objetividade jurídica

A princípio, o objeto jurídico tutelado pelo tipo penal em estudo é o de proteger o patrimônio contra terceiros. Contudo, por se tratar de crime complexo, protege-se, ainda, a liberdade individual e a integridade física do ofendido.

No delito ora em apreço, além do patrimônio, protege-se a liberdade individual e a integridade corporal. Dessa forma, o proprietário, o possuidor, a vítima morta, ferida ou, ainda, constrangida pela ação criminosa são vítimas neste crime.<sup>18</sup>

O roubo é um delito complexo, porquanto as condutas praticadas pelo autor são elementos constitutivos de dois crimes. Desse modo, o agente que subtrai coisa alheia móvel, mediante o emprego de ameaça à pessoa está incurso nas condutas previstas nos artigos 147 (ameaça) e 155 (furto). Assim, protege-se o patrimônio (propriedade, posse e detenção), a liberdade individual e a integridade corporal.<sup>19</sup>

Capecz entende que o crime de roubo, em razão de sua complexidade, protege além da propriedade e da posse, a integridade física e a liberdade individual.<sup>20</sup>

O artigo 157 e seus parágrafos, do Código Penal, protegem, além do patrimônio, a liberdade individual, a integridade física e a vida das pessoas, no caso do latrocínio.<sup>21</sup>

Assim, o roubo possui as mesmas características do delito de furto, contudo, detém elementos constitutivos (emprego de violência e grave ameaça) que, reunidos ao elemento do tipo, qual seja, “subtrair”, concebem um novo tipo penal. Ademais, por se tratar de delito complexo, tutela mais de um bem jurídico.

---

<sup>18</sup> BATISTA, Weber Martins. **O furto e o roubo no Direito Penal e no Processo Penal**: doutrina e jurisprudência. 3 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014. p. 193

<sup>19</sup> PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro**: parte especial. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. v.2. p.348.

<sup>20</sup> CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**: parte especial. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. v.2. p. 416.

<sup>21</sup> MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Manual de Direito Penal**. 18ª Ed. São Paulo: Atlas, 2001. v.2. p. 235.

## 1.5 Tipo Penal do Roubo

Visa-se, aqui, analisar as características do delito de roubo, ou seja, as elementares subjetiva e objetiva do tipo penal, que serão tratadas separadamente para melhor compreendê-las.

Só se pode falar em roubo caso a ação cometida estiver revestida do elemento subjetivo do tipo, qual seja, a intenção de ter a coisa para si ou para outrem, não importando o motivo do crime. Ademais, é essencial a presença do elemento normativo, consistente no conhecimento pelo agente ativo de que a coisa é alheia.<sup>22</sup>

### 1.5.1 Tipo objetivo

Do disposto no artigo 157, *caput*, do Código Penal, depreende-se que a elementar objetiva é a prática, cometida pelo agente criminoso, de subtrair o bem da vítima, obrigando-a a entregar a *res* mediante o emprego de grave ameaça ou violência. Assim, é o ato de subtrair coisa alheia móvel, para si ou para outrem.

Nesse sentido, a ação descrita no *caput* do artigo 157 do Código Penal consiste em subtrair coisa alheia móvel, para si ou para outrem, com emprego de violência ou grave ameaça ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência (roubo próprio).<sup>23</sup>

A conduta delitiva é subtrair a coisa alheia móvel, porém é necessário que o agente empregue violência, grave ameaça ou qualquer meio que reduza a possibilidade de resistência do sujeito passivo.<sup>24</sup>

---

<sup>22</sup> BATISTA, Weber Martins. **O furto e o roubo no Direito Penal e no Processo Penal**: doutrina e jurisprudência. 3 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014. p. 193

<sup>23</sup> PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro**: parte especial: arts. 121 a 183. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. v.2. p. 429.

<sup>24</sup> MIRABETE, Julio Fabbrini; FABBRINI, Renato N. **Manual de Direito Penal**: parte geral. São Paulo: Atlas, 2013. v.2. p. 222.

Nesse diapasão, proferido acórdão pelo Superior Tribunal de Justiça, conforme registra a ementa a seguir, que corrobora o entendimento das doutrinas retro:

“CRIMINAL. RESP. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. DUAS MAJORANTES. EMPREGO DE ARMA E CONCURSO DE AGENTES. MAJORAÇÃO NA METADE. AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO CONCRETA. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 443/STJ. TENTATIVA. NÃO OCORRÊNCIA. MOMENTO DA CONSUMAÇÃO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

[...]

**III. O delito de furto - assim como o de roubo - consuma-se com a simples posse, ainda que breve, da coisa alheia móvel, subtraída mediante violência ou grave ameaça, sendo desnecessário que o bem saia da esfera de vigilância da vítima. Precedentes.**

IV. Recurso parcialmente provido.”<sup>25</sup>

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios na oportunidade de julgar o tema, definiu com clareza a elementar, *in verbis*:

“PENAL. PROCESSO PENAL. CRIME DE ROUBO CIRCUNSTANCIADO. ART. 157, §2º, INCISOS I E II, DO CÓDIGO PENAL. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS PELO CONJUNTO PROBATÓRIO ENCARTADO NOS AUTOS. PARTICIPAÇÃO DE MENOR IMPORTÂNCIA. APREENSÃO E PERÍCIA DA ARMA. DOSIMETRIA. RECURSOS PARCIALMENTE PROVIDOS.

[...]

**2. A ação de subtrair os pertences das vítimas é elementar do crime de roubo e deve ser considerada essencial para a consumação da figura típica, sendo irrelevante que o réu não tenha ameaçado as vítimas com a arma de fogo.**

[...]

6. Recursos de apelação parcialmente providos para ajustar a dosimetria da pena.”<sup>26</sup>

<sup>25</sup> BRASIL. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Recurso Especial. **REsp 1124523/MG**. QUINTA TURMA. Rel. Ministro GILSON DIPP. Brasília, 09/11/2010. Disponível em <[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num\\_registro=200901016020&dt\\_publicacao=22/11/2010](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=200901016020&dt_publicacao=22/11/2010)>. Acesso em: 12 jul 2015. Grifo nosso.

<sup>26</sup> DISTRITO FEDERAL. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. Apelação Criminal. **Acórdão n.649252, 20090110657154APR**. 2ª TURMA CRIMINAL. Relator: JOÃO TIMÓTEO DE OLIVEIRA, Revisor: SOUZA E AVILA. Distrito Federal, 24/01/2013. Disponível em: <<http://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj>>. Acesso em 16 de ago 2015. Grifo nosso.

Evidencia-se, assim, que, além da necessidade da subtração de coisa alheia móvel, com a respectiva inversão da posse do bem, o agente criminoso deve se utilizar da violência, ameaça grave à pessoa ou, ainda, reduzir a possibilidade de resistência da vítima para caracterizar por completo a elementar objetiva do tipo de roubo, diferenciando-o do furto.

### 1.5.2 Tipo subjetivo

Relativamente à elementar subjetiva, entende-se ser esta o dolo, a livre consciência e a vontade de subtrair coisa alheia móvel pelo emprego de violência ou grave ameaça à pessoa.

Entende-se por elementar subjetiva o dolo, consistente no intuito de subtrair coisa alheia móvel, para tê-la para si ou para outrem – *animus rem sibi habendi*.<sup>27</sup> O tipo subjetivo é pautado no dolo – elemento subjetivo geral e, ainda, no fim de agir – elemento subjetivo especial. O dolo integra-se na vontade consciente de subtrair o bem pertencente a outrem.<sup>28</sup>

O dolo se consubstancia na vontade de subtrair o bem alheio, com o emprego de violência, grave ameaça ou outro meio equivalente.<sup>29</sup> Outrossim, o elemento subjetivo é o dolo, um especial fim de agir (elemento subjetivo específico), representado pela expressão “para si ou para outrem”.<sup>30</sup>

---

<sup>27</sup> CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**: parte especial. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. v.2. p. 471.

<sup>28</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2009. v.1. p. 79

<sup>29</sup> MIRABETE, Julio Fabbrini; FABBRINI, Renato N. **Manual de Direito Penal**: parte geral. São Paulo: Atlas, 2013. v.2. p. 222.

<sup>30</sup> MASSON, Cleber Rogério. **Código Penal Esquematizado**: parte especial. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2011. v.2. p. 419

Ademais, Nucci entende como elemento subjetivo a vontade de apoderamento definitivo do bem alheio, constituído nos termos *para si ou para outrem*. Exige-se o dolo, não existindo a forma culposa.<sup>31</sup>

Por fim, Damásio dispõe que o roubo só é punível a título de dolo. Possui outro elemento subjetivo, contido na expressão “para si ou para outrem”, que demonstra a exigência de intenção de posse definitiva.<sup>32</sup>

Dessa forma, verifica-se a necessidade subjetiva da prática do delito de roubo, qual seja, o ânimo, a livre e simples vontade de subtrair coisa alheia móvel, para si ou para outrem, mediante violência ou ameaça grave à pessoa. Ademais, não se admite a modalidade culposa do roubo, porquanto para que o crime de roubo se configure, é imprescindível o tipo subjetivo, ou seja, o dolo em atingir a finalidade de subtrair coisa alheia móvel, para si ou para outrem, descrita no artigo 157 do Código Repressivo.

## 1.6 Espécies

O Código Penal Brasileiro prevê duas espécies do crime de roubo, quais sejam, o roubo próprio, previsto no *caput* do artigo 157 e o roubo impróprio, cuja a previsão se encontra no §1º do artigo 157.

### 1.6.1 Roubo próprio

Inicialmente, analisar-se-á o roubo próprio, disposto no artigo 157, *caput*, do Código Penal. Esta espécie compõe-se especificamente da ação de subtrair coisa móvel alheia com emprego de grave ameaça ou violência à pessoa ou, depois de inverter a posse do bem, por qualquer meio, que limite a possibilidade de resistência.

---

<sup>31</sup> NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal: parte geral e parte especial. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014. p. 700.

<sup>32</sup> JESUS, Damásio Evangelista de. **Direito Penal**: parte especial: dos crimes contra a pessoa e dos crimes contra o patrimônio. 30. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. v.2. p. 378.

Na concepção de Capez, o roubo próprio acontece quando o constrangimento é empregado no início ou concomitantemente à subtração da coisa, ou seja, antes ou durante a retirada do bem. Finda essa ação, qualquer grave ameaça ou violência posterior caracterizará roubo impróprio.<sup>33</sup>

Ademais, no roubo próprio, a violência, a grave ameaça à pessoa ou, ainda, a redução à impossibilidade de resistência são empregadas contra a pessoa para a subtração do bem. Os artifícios violentos são praticados antes ou durante a subtração, porquanto representam o *modus operandi* para a realização da coisa alheia móvel.<sup>34</sup>

A ação imputada é “subtrair” para si ou para outrem coisa alheia móvel. No crime de roubo, ao contrário do crime de furto, o agente subtrai a coisa por meio de grave ameaça ou violência à pessoa ou, ainda, depois de havê-la para si, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência. A perda da coisa resulta na consumação do delito, uma vez que a objetividade jurídica é a inviolabilidade do patrimônio e não a vantagem objetivada pelo agente ativo.<sup>35</sup>

Desse modo, entende-se como roubo próprio aquele cujo agente criminoso, para consumação da referida infração penal, emprega, primeiramente, a violência ou a grave ameaça à vítima, para então subtrair a coisa alheia móvel do ofendido, incurso, pois, no tipo penal do artigo 157, *caput*, da legislação repressiva.

#### **1.6.1.1 Consumação e Tentativa do Roubo Próprio**

O roubo próprio consuma-se quando o agente ao subtrair coisa alheia móvel, inverte a posse do bem, retirando-a da esfera de vigilância da vítima, ainda que por espaço de tempo limitado. A tentativa é admitida, porém, pacificamente.

---

<sup>33</sup> CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**: parte especial. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. v.2. p. 472.

<sup>34</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 245.

<sup>35</sup> PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro**: parte especial: arts. 121 a 183. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. v.2. p. 349.

A consumação ocorre com a retirada da coisa da esfera de disponibilidade da vítima. Vem-se firmando o entendimento sobre a desnecessidade de posse tranquila, mesmo passageira, do agente. É tranquila a admissibilidade da tentativa.<sup>36</sup>

Em relação à consumação do crime de roubo, há duas posições doutrinárias. A primeira entende que, igualmente como no crime de furto, a consumação ocorre do crime de roubo ocorre quando a coisa alheia subtraída sai da esfera de vigilância da vítima e o sujeito ativo atinge sua disponibilidade, ainda que por um curto período de tempo. Por outro lado, entende-se que o roubo se consuma independente da saída da coisa da esfera de vigilância da vítima, bastando que cesse a violência ou grave ameaça para que obtenha a posse da coisa. Quanto à tentativa admite-se qualquer que seja a posição acolhida em relação ao momento consumativo do crime de roubo.<sup>37</sup>

Capez, igualmente, elucida duas correntes sobre a consumação do delito, *in verbis*:

“O roubo se consuma no momento em que o agente subtrai o bem do ofendido. Subtrair é retirar contra a vontade do titular. Levando-se em conta esse raciocínio, o roubo estará consumado tão logo o sujeito, após o emprego de violência ou grave ameaça, retire o objeto material da esfera de disponibilidade da vítima, sendo irrelevante se chegou a ter a posse tranquila ou não da *res furtiva*.”

[...]

“Retirada do bem da esfera de disponibilidade da vítima + posse tranquila da *res*, ainda que por curto período de tempo. Assim como no crime de furto, há entendimento de que apenas haverá a consumação quando o agente retirar o bem da esfera de disponibilidade da vítima e assegurar a posse tranquila do mesmo, ainda que por curto espaço de tempo.”<sup>38</sup>

<sup>36</sup> BITENCOURT, op. cit. p. 274/ 275.

<sup>37</sup> MASSON, Cleber Rogério. **Código Penal Esquematizado**: parte especial. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2011. v.2. p. 366.

<sup>38</sup> CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**: parte especial. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. v.2. p. 473.

Destaca-se, ainda, a posição de Mirabete, o qual entende que o delito de roubo, tal como o de furto, somente se consuma quando a coisa saí da esfera de vigilância da vítima.<sup>39</sup>

Dessa forma, para a consumação do delito, imprescindível é a posse pacífica e tranquila da coisa pelo agente criminoso, mesmo que por lapso temporal reduzido. É necessária, ainda, a existência de posse em algum momento sem, contudo, precisar de elo entre a pacificidade e o tempo decorrido para o alcance da posse.

### 1.6.2 Roubo impróprio

O roubo impróprio, previsto no artigo 157, §1º, do Código Penal Brasileiro, se dá quando a subtração já se efetivou e o emprego de violência ou grave ameaça contra a pessoa ocorre posteriormente. Aqui, não se admite a forma tentada.

O roubo impróprio, também denominado roubo por aproximação, ocorre quando o sujeito já sob a posse de algum bem da vítima, utiliza-se de violência ou grave ameaça à pessoa para garantir a impunidade do crime ou a detenção da coisa, para si ou para terceiro.<sup>40</sup> Inicialmente, o agente subtrai a coisa alheia móvel, sem empregar qualquer constrangimento à vítima, e somente após efetuá-la, emprega violência ou grave ameaça com o fim de garantir a sua posse ou assegurar a impunidade do crime, isto é, evitar a prisão em flagrante ou a sua identificação.<sup>41</sup>

No mesmo sentido, Prado elucida que o roubo impróprio ocorre onde a violência ou a ameaça são empregadas para assegurar a detenção da coisa ou garantir a impunidade do crime.<sup>42</sup>

---

<sup>39</sup> MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Manual de Direito Penal**. São Paulo: Atlas, 2001. v.2. p. 237.

<sup>40</sup> MASSON, Cleber Rogério. **Código Penal Esquematizado**: parte especial. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2011. v.2. p.369.

<sup>41</sup> CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**: parte especial. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. v.2. p. 474.

<sup>42</sup> PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro**: parte especial: arts. 121 a 183. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. v.2. p. 350.



Nota-se, assim, que a diferença entre o roubo próprio e o impróprio está justamente no momento do emprego da violência ou da grave ameaça contra a vítima para subtrair a coisa alheia móvel do ofendido. Se praticadas antes ou durante a subtração, trata-se de roubo próprio e se empregada depois da subtração, caracteriza-se o roubo impróprio.

Como bem ressalta Mirabete, o roubo impróprio ocorre quando a violência ou a grave ameaça são empregadas após a consumação da subtração, visando o agente assegurar a posse da coisa subtraída ou a impunidade do crime.<sup>43</sup>

Assim, conceitua-se como crime impróprio aquele no qual o sujeito ativo, para consumação do delito de roubo, primeiro subtrai o bem móvel alheio em posse da vítima, para somente após a reação da vítima empregar a violência ou a grave ameaça com o objetivo de concretizar a infração penal disposta no artigo 157 da legislação penal pátria.

#### ***1.6.2.1 Consumação e Tentativa do Roubo Impróprio***

No que concerne à consumação do roubo impróprio, esta ocorre quando empregada a violência ou ameaça grave à vítima, mesmo que não haja a efetiva subtração do bem móvel, pois apenas a configuração da elementar objetiva é suficiente para a caracterização do referido delito.

Relativamente à tentativa, a doutrina ainda não tem entendimento pacífico. Contudo, há uma corrente doutrinária e entendimento jurisprudencial declinados no sentido de inexistir a modalidade tentada do roubo impróprio.

Masson, sabiamente assevera que a consumação do roubo impróprio ocorre quando o sujeito ativo emprega a violência ou grave ameaça, mesmo que não consiga

---

<sup>43</sup> MIRABETE, Julio Fabbrini; FABBRINI, Renato N.. **Manual de Direito Penal**: parte geral. São Paulo: Atlas, 2013. v.2. p.223.

assegurar a impunidade do delito ou a subtração da coisa alheia móvel, para si ou para outrem.<sup>44</sup>

Quanto à tentativa, o supracitado autor, elucida a existência de duas correntes. A primeira, dominante tanto na doutrina quanto na jurisprudência, assevera a inadmissibilidade da tentativa. A segunda, por sua vez, defende a possibilidade da tentativa, nas hipóteses na qual o sujeito ativo, após subtrair a coisa alheia móvel, tenta utilizar a violência ou a grave ameaça contra a vítima, para assegurar a impunidade do crime ou a detenção do bem, sem, contudo, conseguir fazê-lo por circunstâncias alheias à sua vontade.<sup>45</sup>

De igual modo, Bitencourt apresenta dois posicionamentos doutrinários acerca da modalidade tentada do roubo impróprio. O primeiro deles, inadmite a tentativa. Já o segundo a admite quando o agente é preso, após a subtração, ao empregar a violência ou grave ameaça. Salienta, ademais, que para ambos entendimentos haverá furto tentado em concurso com crime contra a pessoa, se a subtração for tentada e houver emprego de violência ou grave ameaça na fuga.<sup>46</sup>

Em relação à consumação, o referido autor entende que esta ocorre quando o sujeito ativo, após a subtração, emprega a violência ou grave ameaça à pessoa.<sup>47</sup>

Capez, por sua vez, elucida que a consumação do roubo impróprio ocorre quando, após a subtração do bem, o agente emprega a violência ou grave ameaça contra os perseguidores. Assevera, ainda, que se o sujeito ativo não emprega violência ou grave ameaça contra a pessoa, configura-se o delito de furto tentado ou consumado. No que

---

<sup>44</sup> MASSON, Cleber Rogério. **Código Penal Esquematizado**: parte especial. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2011. v.2. p. 373.

<sup>45</sup> MASSON, Cleber Rogério. **Código Penal Esquematizado**: parte especial. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2011. v.2. p. 373.

<sup>46</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 275.

<sup>47</sup> Ibidem, p. 274.

tange à tentativa, entende não ser possível a modalidade tentada do roubo impróprio, relembrando ser este o entendimento dominante na doutrina e na jurisprudência.<sup>48</sup>

## 1.7 Circunstâncias do crime de roubo

Para configurar-se o delito de roubo, por completo, necessário observar circunstâncias imprescindíveis que, se ausentes, impossibilitam a caracterização da infração penal. São circunstâncias do tipo penal em estudo (i) a violência e/ou grave ameaça e (ii) a coisa alheia móvel.

### 1.7.1 Violência

Entende-se como violência o emprego de força física contra a vítima, restringindo sua liberdade de agir.

Depreende-se do artigo 157 do Código Penal dois tipos de violência, quais sejam, a própria e a imprópria. Esta, descrita na parte final do artigo, não se trata de utilização da violência física, mas qualquer outro meio que reduza ou, ainda, impossibilite a resistência da vítima. Aquela, extraída da primeira parte do mencionado artigo, é a violência física, isto é, a *vis corporalis*, praticada pelo agente com o fim de obter o resultado criminoso.

A violência poderá ser, ainda, direta/imediata e indireta/mediata. A direta ou imediata é aquela realizada contra a pessoa proprietária da coisa subtraída pelo agente. Por outro lado, a indireta ou mediata é exercida contra pessoas relacionadas à vítima por laços de parentesco ou amizade, bem como contra objetos.<sup>49</sup>

---

<sup>48</sup> CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**: parte especial. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. v.2. p. 475.

<sup>49</sup> MASSON, Cleber Rogério. **Código Penal Esquematizado**: parte especial. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2011. v.2. p. 360.

Greco, todavia, possui entendimento de que a violência indireta se configura mais como grave ameaça do que como violência, uma vez que sua prática atinge o espírito da vítima, fazendo com que esta se submeta à subtração praticada pelo agente, por medo ou, ainda por receio de também ser agredida.<sup>50</sup>

Bitencourt, por sua vez, entende que o termo violência descrito no artigo 157 do Código Penal significa emprego de força física, material, *vis corporalis*, para vencer a resistência da vítima<sup>51</sup>. Masson leciona que a violência contra a pessoa abrange o emprego da força física sobre a vítima, por meio de vias de fato ou lesão corporal, para impedir sua defesa.<sup>52</sup>

Para Prado, violência consiste no emprego de força contra o corpo da vítima, antes ou durante o roubo, restringindo, assim, sua liberdade de ação.<sup>53</sup>

Verifica-se que para existência de violência deve haver emprego de força física, limitando a possibilidade da vítima de se evadir, no intuito de proteção de seu patrimônio, para evitar que o crime não seja consumado.

### 1.7.2 Grave ameaça

A grave ameaça, também denominada violência moral, se dá quando o agente busca amedrontar a vítima, adulterando a sua vontade e impedindo sua capacidade de resistência<sup>54</sup>. A grave ameaça é a violência moral, por vontade, devendo ser grave, de modo a evitar a reação contra o criminoso.<sup>55</sup>

---

<sup>50</sup> GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal**: parte especial (arts. 155 a 249 do cp). 8.ed. Rio Janeiro: Impetus, 2011. p.56.

<sup>51</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 70

<sup>52</sup> MASSON, Cleber Rogério. **Código Penal Esquematizado**: parte especial. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2011. v.2. p. 360.

<sup>53</sup> PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro**: parte especial: arts. 121 a 183. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. v.2. p. 418.

<sup>54</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 71.

<sup>55</sup> PRADO, op. cit.

A grave ameaça abrange a promessa de um mal grave, consiste na promessa de mal grave imediata e aparente. Podendo se manifestar mediante palavras, gestos, símbolos, utilização de objetos em geral ou qualquer outro meio capaz de evidenciar o objetivo do agente de reprimir a vítima.<sup>56</sup>

Portanto, conforme fora explicado em item específico, qual seja o elemento objetivo, a grave ameaça, é necessário que o agente criminoso utiliza de meios necessários suficientes para que a vítima se sinta coagida a ponto de não conseguir manter a tutela de seu patrimônio, pois torna-se impossível a resistência diante de uma ameaça superior.

### 1.7.3 Coisa alheia móvel

Coisa alheia móvel é aquela que não pertence ao agente criminoso que pratica a subtração, podendo ser todo bem corpóreo capaz de ser transportado de um local para outro<sup>57</sup>. É tudo aquilo que puder ser removido, retirado ou mobilizado.<sup>58</sup>

Dessa maneira, a coisa alheia móvel nada mais é que o bem que possa ser removido ou transportado e não pertencente ao agente criminoso, e este de maneira vil age usando de meios necessários para conseguir a posse do bem desejado.

### 1.8 Roubo majorado pelo emprego de arma

Fala-se em roubo circunstanciado pelo emprego de arma quando a utilização desta diminui a capacidade de resistência da vítima, causando-lhe mais temor, em razão da exposição à periculosidade.<sup>59</sup>

---

<sup>56</sup> MASSON, Cleber Rogério. **Código Penal Esquematizado**: parte especial. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2011. v.2. p. 360. p. 357.

<sup>57</sup> MASSON, Cleber Rogério. **Código Penal Esquematizado**: parte especial. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2011. v.2. p. 360. p. 299/300.

<sup>58</sup> GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal**: parte especial (arts. 155 a 249 do cp). 8.ed. Rio Janeiro: Impetus, 2011. p.412.

<sup>59</sup> PRADO, Luiz Regis. **Tratado de Direito Penal Brasileiro**, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. p. 107.

Por outro lado, entende Bitencourt que é necessário o emprego efetivo de arma, sendo insuficiente o simples portar.<sup>60</sup>

No mesmo sentido, Mirabete descreve que o emprego de arma denota não só a maior periculosidade do agente, como também uma ameaça mais intensa à incolumidade física da vítima. Arma, no sentido jurídico. É todo instrumento que serve para o ataque ou defesa, hábil a vulnerar a integridade física de alguém.<sup>61</sup>

Destarte supramencionado, o roubo circunstanciado pelo emprego de arma caracteriza tamanha violência reduzindo ou até mesmo impossibilitando a capacidade da vítima de proteger seu patrimônio pois esta vislumbra claramente o perigo não só apenas de seus bens, mas, do que tem de mais valioso, sua própria integridade física e sua vida.

### 1.9 Demais roubos majorados

O artigo 157, §2º, do Código Penal, prevê o roubo qualificado, caso em que tem-se aumento de pena em relação ao roubo simples, se impõe, conforme os incisos do referido artigo, quando praticado com emprego de violência ou grave ameaça com emprego de arma, mencionado anteriormente; quando há concurso de duas ou mais pessoas; quando a vítima está em serviço de transporte de valores e o agente é conhecedor do fato; quando a subtração for de veículo automotor que venha a ser transportado para outro Estado ou para outro Estado estrangeiro; ou quando o agente mantém a vítima em seu poder, restringindo sua liberdade.

---

<sup>60</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2009. v.1. p. 70.

<sup>61</sup> MIRABETE, Julio Fabbrini; FABBRINI, Renato N. **Manual de Direito Penal**: parte geral. São Paulo: Atlas, 2013. v.2. p. 225.

### 1.9.1 Concurso de duas ou mais pessoas

O concurso de duas ou mais pessoas no crime de roubo, que exerce direta ou indiretamente, incide aumento de pena.

Conforme Prado leciona, a pluralidade de agentes também é causa de aumento de pena, sendo necessário que todos participem da execução do delito, direta ou indiretamente, ou seja, não é imprescindível que todos estejam presentes no local do crime ou sejam imputáveis.<sup>62</sup>

Na concepção de Capez, para uma corrente, apoiada por Nélson Hungria, é necessária a presença *in loco* dos concorrentes, ou seja, a cooperação deles na fase *executiva* do crime. Acrescenta o autor que as várias pessoas devem estar reunidas e presentes junto à vítima, embora nem todas cooperem materialmente na violência.<sup>63</sup>

Verifica-se a necessidade da existência de duas ou mais pessoas que agindo de forma direta ou indiretamente, independente da violência para se imputar a causa de aumento da pena.

---

<sup>62</sup> PRADO, Luiz Regis. **Tratado de Direito Penal Brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. P. 457.

<sup>63</sup> CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**: parte especial. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. v.2. p. 478.

## 2 CONCURSOS DE CRIMES

O tema a ser abordado no presente capítulo é o concurso de crimes com os respectivos tipos e, ainda, a abordagem no crime de roubo contra várias vítimas.

### 2.1 Conceito

O concurso de crimes se dá através da execução de uma ou mais ações que ocasionam um ou mais delitos, numa pluralidade de fatos. Assim, é a possibilidade de o agente criminoso cometer várias vezes o mesmo delito ou diversos delitos mediante uma ou várias ações e no qual busca-se avaliar a justa apenação para quem comete mais de um crime.<sup>64</sup>

O concurso de crimes ocorre quando um único agente ou um grupo de agentes comete várias infrações penais, – o que difere do concurso de pessoas – haja vista que neste há a pluralidade de agentes que cometem apenas um delito.

Nesse diapasão, a doutrina, em interpretação dos artigos 69 a 71, apresenta três espécies do concurso de crimes, quais sejam, o concurso material, o concurso formal e o crime continuado.

### 2.2 Concurso material

O concurso material encontra-se descrito no artigo 69 do Código Penal, *verbis*:

“Art. 69 Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplicam-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido. No caso de aplicação cumulativa de pena de reclusão e de detenção, executa-se primeiro aquela.

§1º Na hipótese deste artigo, quando ao agente tiver sido aplicada pena privativa de liberdade, não suspensa, por um dos crimes, para os demais será incabível a substituição de que trata o art. 44 deste Código.

---

<sup>64</sup> CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 545.



§2º Quando forem aplicadas penas restritivas de direitos, o condenado cumprirá simultaneamente as que forem compatíveis entre si e sucessivamente as demais.”<sup>65</sup>

No que concerne à mencionada espécie de concurso de crimes, Luiz Regis Prado entende que:

“são requisitos do concurso material ou real de delitos: a) que um sujeito execute ou participe na execução de dois ou mais crimes, idênticos ou não assim, haverá concurso real quando o mesmo indivíduo atuar em um determinado fato punível como único autor e em outro como coautor ou participe; b) independência fática e jurídica entre os fatos puníveis – a primeira consiste na exteriorização dos fatos puníveis por meio de movimentos físicos independentes, ao passo que a segunda diz respeito a distintas valorações jurídicas, pois se os fatos estiverem vinculados à causa de seu fracionamento, estes deverão ser valorados unitariamente estar-se-ia diante de um delito continuado; c) que o agente não tenha sido condenado anteriormente por uma das infrações, pois, nesse caso, não haveria concurso material, mas a aplicação de reincidência como circunstância agravante.”<sup>66</sup>

Ademais, o concurso material se traduz na execução de duas ou mais ações, sejam elas culposas ou dolosas, comissivas ou omissivas, que produz dois ou mais resultados, idênticos ou não, sendo todas vinculadas ao agente delituoso, não importando se os acontecimentos ocorreram no mesmo momento ou em dias distintos. Subdividindo-se em duas espécies, quais sejam, o concurso material homogêneo, com resultados idênticos e o heterogêneo, com resultados diversos.<sup>67</sup>

No concurso material de crimes há multiplicidade tanto de condutas como de crimes, vez que o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos (homogêneo) ou diversos (heterogêneo).<sup>68</sup>

<sup>65</sup> BRASIL. Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Rio de Janeiro, 1940. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm)>. Acesso em: 13 jul 2015.

<sup>66</sup> PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro**: parte geral. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. v.1. p.484.

<sup>67</sup> CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 546.

<sup>68</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2012. p.776.

Nucci assevera como crime material quando o agente, mediante uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, deve ser punido pela soma das penas privativas de liberdade em que haja incorrido, porque se adota o sistema da acumulação material nesse contexto. O concurso material pode ser *homogêneo* (prática de crimes idênticos) ou *heterogêneo* (prática de crimes não idênticos).<sup>69</sup>

Estefam e Gonçalves definem o concurso material como, *verbis*:

“[...] também chamado de concurso real ou cúmulo material. Só se pode cogitar de soma de penas na sentença se ambos os delitos estiverem sendo apurados na mesma ação penal. Para tanto, é necessária a existência de alguma forma de conexão entre eles, pois só assim se justifica a apuração no mesmo feito. É o que acontece, por exemplo, se o agente mata o marido para estuprar a esposa, quando se mostra presente a conexão teleológica.”<sup>70</sup>

Os mencionados autores dispõem, ainda, sobre as espécies do concurso material:

“a) homogêneo: quando os crimes cometidos forem idênticos (dois roubos, dois estupros etc.). Para o reconhecimento desta modalidade de concurso material, em que as infrações penais são da mesma espécie, é preciso que sejam diversas as circunstâncias de tempo, local ou modo de execução, pois, caso contrário, a hipótese seria de crime continuado. Haverá, portanto, concurso material, se os dois roubos foram cometidos em datas distantes um do outro, ou em cidades diferentes, ou, ainda, se foram cometidos por modos de execução distintos;  
b) heterogêneo: quando os crimes praticados não forem idênticos (um furto e um estelionato; um estupro e um aborto etc.). Nestes casos, em que os delitos não são da mesma espécie, é fácil a distinção em relação ao crime continuado.”<sup>71</sup>

Dessa forma, o referido concurso ocorre quando o agente pratica dois ou mais crimes, mediante mais de uma ação ou omissão. No presente caso, a fixação da pena

<sup>69</sup> NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal**: parte geral e parte especial. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. p. 514.

<sup>70</sup> ESTEFAM, André; GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Direito Penal Esquematizado**: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 449.

<sup>71</sup> ESTEFAM, André; GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Direito Penal Esquematizado**: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2012. p.450.

será realizada a partir da soma das penas privativas de liberdade, porquanto, utiliza-se o sistema de acumulação material.

O concurso poderá ser homogêneo ou heterogêneo. Este ocorre quando o agente pratica crimes distintos e aquele quando há a prática de crimes idênticos, ambos mediante mais de uma ação ou omissão.

### **2.2.1 Concurso material benéfico**

O concurso material benéfico aplica-se nos casos onde o agente cometeu vários crimes e ser adotado ao agente o concurso formal e, da aplicação da pena for superior da resultante da imputação do concurso material.

Contudo, deve-se observar que se a aplicação do concurso formal resultar em uma pena superior à da aplicação do concurso material, recomenda-se o emprego desta norma<sup>72</sup>. Assim, impõe-se a aplicação do concurso material de crimes, caso este seja mais favorável que o concurso formal.<sup>73</sup>

Verifica-se a aplicação dessa benesse para não aplicar uma pena maior do que a prevista na legislação penal brasileira, pois acabaria apenando o agente de maneira exagerada ferindo assim ao Código Penal Brasileiro.

Ressalta-se, por fim, que o parágrafo único do artigo 70 do Código Penal permite ao juiz aplicar o sistema de acumulação material, se mais benéfico ao réu, nos casos em que ocorra o concurso formal.

---

<sup>72</sup> CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 550.

<sup>73</sup> NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal**: parte geral e parte especial. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. p. 518.

### 2.3 Concurso formal ou ideal

Na sequência, o Código Penal, em seu artigo 70, prevê a segunda espécie de concurso de crimes, qual seja, o concurso formal. Nesse sentido, *verbis*:

**“Concurso formal. Art. 70** - Quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplica-se-lhe a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade. As penas aplicam-se, entretanto, cumulativamente, se a ação ou omissão é dolosa e os crimes concorrentes resultam de designios autônomos, consoante o disposto no artigo anterior.  
Parágrafo único - Não poderá a pena exceder a que seria cabível pela regra do art. 69 deste Código.”<sup>74</sup>

Dessa forma, o concurso formal se dá quando o agente, mediante uma única conduta, ocasiona dois ou mais resultados, implicando a ocorrência de dois ou mais delitos que são punidos menos rigorosamente<sup>75</sup>. Na espécie em comento, mister é a existência de apenas uma conduta, que se desdobra em vários atos.<sup>76</sup>

Aplica-se o sistema de exasperação quando o agente, por meio de apenas uma ação ou omissão, produz dois ou mais resultados típicos, devendo ser penalizado pela aplicação da pena mais grave ou por somente uma delas, se iguais, com o aumento de 1/6 (um sexto) até a metade. Podendo, por fim, caracterizar-se em homogêneo, quando os crimes forem iguais ou heterogêneo, quando os crimes forem diversos.<sup>77</sup>

Assim, verifica-se que o concurso formal ou ideal ocorre quando o agente, com uma única ação, comete dois ou mais crimes, sendo a ele aplicada a pena mais grave em caso de crimes distintos, ou somente uma delas, aumentada de 1/6 (um sexto) até a

<sup>74</sup> BRASIL. Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Rio de Janeiro, 1940. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm)>. Acesso em: 13 jul 2015.

<sup>75</sup> CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 547.

<sup>76</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 776.

<sup>77</sup> NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal**: parte geral e parte especial. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. p. 516.

metade, quando os crimes praticados forem iguais. Ademais, da mesma forma como ocorre no concurso material, o concurso formal poderá ser homogêneo (crimes idênticos) ou heterogêneo (crimes distintos).

### **2.3.1 Requisitos**

Para configurar-se o concurso formal é imprescindível o preenchimento de seus requisitos, quais sejam, a unidade de conduta (uma única ação) e, ainda, a pluralidade de delitos (prática de mais de um crime). Há, porém, divergência acerca dos referidos requisitos, uma vez que para a teoria subjetiva, o concurso formal requer a unidade de conduta e multiplicidade de delitos e, ainda, a unidade de desígnio, enquanto que para a teoria objetiva, o concurso forma pleiteia a unidade de comportamento e a multiplicidade de crimes.<sup>78</sup>

Segundo Capez, para que se configure o concurso formal, é necessário que a conduta seja única: [...] ação ou omissão humana consciente e voluntária, dirigida a uma finalidade; e que dessa conduta surjam dois ou mais fatos típicos: uma só conduta dá origem a mais de um fato, ou mais de um crime, quando atingir mais de um bem penalmente tutelado.<sup>79</sup>

### **2.3.2 Espécies**

À maneira como o concurso formal é classificado, há a divisão deste em duas espécies, quais sejam, o concurso formal perfeito e o imperfeito, a seguir expostas.

#### **2.3.2.1 Concurso formal perfeito/próprio**

---

<sup>78</sup> JESUS, Damásio de. **Direito Penal**: parte geral. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. v.1. p. 649/650.

<sup>79</sup> CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. p.547.

Assevera Weber Martins Batista que o concurso formal perfeito se caracteriza quando o agente, movido por um único impulso de vontade e mediante a prática de *uma* só ação, embora composta de vários atos, atinge mais de um resultado antijurídico.<sup>80</sup>

Nesse sentido, quando a única conduta do agente equivaler à única vontade deste, ou seja, quando o agente quiser praticar apenas um delito, obter um único resultado danoso, estamos diante do chamado concurso forma perfeito/próprio. Assim, como bem ressalta o Código Penal, não poderá haver desígnios autônomos.<sup>81</sup>

O concurso formal resulta de um único desígnio, no qual o agente, mediante um único ímpeto volitivo, causa dois ou mais resultados.<sup>82</sup> O agente criminoso pratica dois ou mais delitos, mediante uma única conduta.<sup>83</sup>

Existirá o concurso formal próprio se os mais delitos praticados forem culposos, se um crime for culposo, e o outro, doloso (como nas hipóteses de aberratio ictus e aberratio criminis com duplo resultado), se ambos os delitos resultarem de dolo eventual ou, ainda, se um dos crimes for resultado de dolo direto, e o outro, fruto de dolo eventual.<sup>84</sup>

Nesse diapasão, o concurso formal próprio é aquele do qual o agente mediante uma única ação ocasiona vários delitos sem haver, contudo, autonomia de desígnios.

### **2.3.2.2. Concurso formal imperfeito/impróprio**

O concurso formal impróprio ou imperfeito exige a presença de dolo direto, isto é, a intenção própria de praticar ambas as infrações penais. Assim, o agente deve atuar

---

<sup>80</sup> BATISTA, Weber Martins. **O furto e o roubo no Direito Penal e no Processo Penal**: doutrina e jurisprudência. 3 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014. p. 293.

<sup>81</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 776.

<sup>82</sup> CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 549.

<sup>83</sup> NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal**: parte geral e parte especial. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. p. 516.

<sup>84</sup> ESTEFAM, André; GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Direito Penal Esquematizado**: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 453.

com dolo específico em relação aos dois delitos, com a intenção de provocar os resultados.<sup>85</sup>

No concurso formal imperfeito, o agente almeja a ocorrência de mais de um delito e possui vontade e consciência acerca de ambos, ou seja, possui o que o Código Repressivo chama de “desígnios autônomos” que se caracterizam pela unidade de ação e pluralidade de vontades específicas.<sup>86</sup>

A espécie sob análise se dá como produto dos desígnios autônomos, do qual há uma única ação, ao que parece, porém, o agente, subjetivamente, deseja que os outros resultados ocorram ou aceita o risco de que se produzam. Nota-se que tal espécie só plausível nos crimes dolosos.<sup>87</sup>

Dessa forma, o concurso formal impróprio se dá quando o agente criminoso tem o dolo, o ânimo de que mediante uma única ação ensejará outros crimes, almejando todos os resultados previstos ou pelo menos aceitando todos os resultados.

## 2.4 Crime continuado ou Continuidade delitiva

Há, ainda, no ordenamento jurídico brasileiro, uma terceira modalidade de concurso de crimes, qual seja, o crime continuado/continuidade delitiva, previsto no artigo 71 do Código Penal, *in verbis*:

“Art. 71 - Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro, aplica-se-lhe a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços.

---

<sup>85</sup> ESTEFAM, André; GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Direito Penal Esquematizado**: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 453.

<sup>86</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 776.

<sup>87</sup> CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 549.

Parágrafo único - Nos crimes dolosos, contra vítimas diferentes, cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa, poderá o juiz, considerando a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias, aumentar a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, até o triplo, observadas as regras do parágrafo único do art. 70 e do art. 75 deste Código.”<sup>88</sup>

Percebe-se, assim, que o crime continuado ocorre quando o agente, por meio de mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie, os quais podem ser considerados como continuação dos outros, devido às semelhanças das condições de tempo, lugar, modo de execução e outras.<sup>89</sup>

Para a caracterização do crime continuado, nota-se a existência de duas teorias. A teoria objetiva-subjetiva possui o entendimento de que para a configuração da regra, além das circunstâncias de caráter objetivo, é necessário que as várias ações sejam expressadas por um mesmo desígnio, que surjam de um intento prévio e, ainda, que obedeçam a um roteiro anteriormente delineado. A teoria puramente objetiva conclui que basta apenas existência das circunstâncias objetivas, elencadas no art. 70 do Código Penal e o elo de ligação entre os diferentes fatos.<sup>90</sup>

Todavia, a Parte Geral do Código Repressivo, optou pela teoria puramente objetiva, bastando que existam os elementos objetivos – condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes que façam supor que uns crimes são continuação dos outros – para que se caracterize o crime continuado.<sup>91</sup>

Verifica-se, assim, que o crime continuado ocorre quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais delitos da mesma espécie, em condições

<sup>88</sup> BRASIL. Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Rio de Janeiro, 1940. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm)>. Acesso em: 13 jul 2015.

<sup>89</sup> CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 551.

<sup>90</sup> BATISTA, Weber Martins. **O furto e o roubo no Direito Penal e no Processo Penal**: doutrina e jurisprudência. 3 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014. p. 301.

<sup>91</sup> BATISTA, Weber Martins. **O furto e o roubo no Direito Penal e no Processo Penal**: doutrina e jurisprudência. 3 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014. p. 301.



de tempo, lugar, maneira de execução semelhantes, criando a ideia de que aqueles que subseguem o primeiro delito são uma continuidade deste.

### 2.4.1 Espécies

O crime continuado possui duas espécies, quais sejam, o crime continuado comum, previsto no *caput* do artigo do 71 do Código Penal e, ainda, o crime continuado específico, descrito no parágrafo único do mencionado dispositivo.<sup>92</sup>

O crime continuado comum é aquele cometido sem violência ou grave ameaça a pessoa, enquanto que o crime continuado específico é o crime doloso praticado com violência ou grave ameaça contra vítimas diferentes.<sup>93</sup>

#### 2.4.1.1 Crime continuado comum ou simples

O crime continuado comum, conforme anteriormente mencionado, encontra-se previsto no *caput* do artigo 71 do Código Penal, *in verbis*:

“Art. 71 - Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro, aplica-se-lhe a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços.”<sup>94</sup>

---

<sup>92</sup> NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal: parte geral e parte especial. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014. p. 470.

<sup>93</sup> CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 551.

<sup>94</sup> BRASIL. Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Rio de Janeiro, 1940. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm)>. Acesso em: 13 jul 2015.

Assim, o crime continuado comum exige a presença de certos requisitos, quais sejam, a multiplicidade de condutas, crimes da mesma espécie e circunstâncias semelhantes – de tempo, lugar, modo de execução e outras.<sup>95</sup>

Outrossim, nos casos de crime continuado simples, determina a norma penal a aplicação da pena de um só dos crimes, se idênticas ou, ainda, a mais grave, se diversas, aumentada de 1/6 (um sexto) a 2/3 (dois terços).<sup>96</sup>

#### **2.4.1.2 Crime continuado qualificado ou específico**

No que concerne à espécie de crime continuado qualificado, prevê o parágrafo único do artigo 71 do Código Penal, *in verbis*:

“Art. 71 [...]

Parágrafo único - Nos crimes dolosos, contra vítimas diferentes, cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa, poderá o juiz, considerando a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias, aumentar a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, até o triplo, observadas as regras do parágrafo único do art. 70 e do art. 75 deste Código.”<sup>97</sup>

Desse modo, o crime continuado específico exige, além dos requisitos próprios do crime continuado comum, mais três condições, sendo elas a multiplicidade de vítimas, o emprego de violência ou grave ameaça à pessoa e, ainda, que sejam os crimes dolosos.<sup>98</sup>

No mesmo sentido, Bitencourt entende que o crime continuado específico impõe a necessidade de três requisitos que é imprescindível a ocorrência simultânea, a saber:

<sup>95</sup> PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro**: parte especial: arts. 121 a 183. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. v.2. p. 494/495.

<sup>96</sup> GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal**: parte geral. Rio de Janeiro: Impetus, 2014. v.1. p.616.

<sup>97</sup> BRASIL. Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Rio de Janeiro, 1940.

Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm)>. Acesso em: 13 jul 2015.

<sup>98</sup> PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro**: parte especial: arts. 121 a 183. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. v.2. p. 495)

“a) *Contra vítimas diferentes* – se o crime for praticado contra a mesma vítima, haverá também continuidade delitiva, mas não se caracterizará a exceção prevista no parágrafo único, e a sanção aplicável será a tradicional do *caput* do art. 71.

b) *Com violência ou grave ameaça à pessoa* – mesmo que o crime seja contra vítimas diferentes, se não houver violência – real ou ficta – contra a pessoa, não haverá a continuidade específica, mesmo que haja violência contra a coisa.

c) *Somente em crimes dolosos* - se a ação criminosa for praticada contra vítimas diferentes, com violência à pessoa, mas não for produto de uma conduta dolosa, não estará caracterizada a exceção.”<sup>99</sup>

O dispositivo penal sob comento, prevê a continuidade delitiva mesmo que os crimes sejam cometidos contra vítimas diversas, os crimes sejam dolosos e com o emprego de violência ou grave ameaça à pessoa. Nesses casos, o magistrado, na análise da dosimetria da pena, poderá triplicar a pena de um dos crimes, se iguais ou, ainda, a do mais grave, se diversas, levando em consideração, para tanto, as circunstâncias judiciais elencadas no artigo 59 do Código Penal. Todavia, a triplicação da pena só será cabível com a ocorrência de três ou mais crimes, senão o crime continuado poderia levar a uma pena maior do que a advinda da soma delas. Sendo cabível, assim, a soma das respectivas penas, caso forem praticados dois crimes.<sup>100</sup>

Greco, em igual sentido, conclui que o juiz, após considerar a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias, poderá aumentar a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, até o triplo.<sup>101</sup>

#### 2.4.2 Natureza jurídica

No crime continuado, a maioria da doutrina define a existência de três teorias: a teoria da unidade real, a teoria ficção jurídica e a teoria mista.

<sup>99</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 782.

<sup>100</sup> ESTEFAM, André; GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Direito Penal Esquematizado**: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 457.

<sup>101</sup> GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal**: parte geral. Rio de Janeiro: Impetus, 2014. v.1. p. 616.

Contudo, Nucci entende que:

“[...] há basicamente, *duas teorias* a respeito da natureza jurídica do crime continuado: 1º) trata-se de uma *ficção jurídica*. O delito continuado é uma pluralidade de crimes apenas porque a lei resolveu conferir ao concurso material um tratamento especial, dando ênfase à *unidade de desígnio*. [...] 2º) trata-se de uma *realidade*. O crime continuado existe, porque a ação pode compor-se de vários atos, sem que isso tenha qualquer correspondência necessária com um ou mais resultados. [...] O Código Penal adotou a teoria da ficção por ter feito opção pela teoria objetiva pura, sem buscar analisar eventual unidade de desígnio do agente.” <sup>102</sup>

Em entendimento diverso, Prado define três teorias acerca da natureza jurídica do crime continuado:

“a) *Teoria da unidade real*: os vários comportamentos delitivos constituem, em verdade, um crime único. São elos de uma mesma corrente, de modo que a unidade de intenção manifesta-se em unidade de lesão. A pluralidade de condutas não conduz à pluralidade de crimes.  
b) *Teoria da ficção jurídica*: inicialmente sustentada por Carrara, declara ser a continuidade delitiva mera criação legal (*ficto juris*), já existem diversos delitos. Se o crime continuado fosse efetivamente um único crime, não haveria qualquer razão para exasperação da pena.  
c) *Teoria da unidade jurídica ou mista*: trata-se de corrente eclética, pela qual o crime continuado não é unidade real, tampouco ficção jurídica. A continuidade é uma figura própria – realidade jurídica – dirigida a fins específicos. Não há uma unidade ou pluralidade de crimes, mas sim um terceiro crime – o crime de concurso – legalmente unificado pela unidade do aspecto subjetivo.” <sup>103</sup>

Outrossim, Estefam e Gonçalves definem, assim, as três teorias:

“a) Teoria da unidade real. Essa teoria, concebida por Bernardino Alimena, entende que as hipóteses de crime continuado constituem, em verdade, crime único.  
b) Teoria da ficção jurídica. O crime continuado é constituído por uma pluralidade de crimes, mas, por ficção legal, é tratado como delito único no momento da aplicação da pena. Trata-se de teoria desenvolvida por Francesco Carrara e nitidamente adotada pelo Código Penal Brasileiro que, ao definir crime continuado, menciona que o sujeito “pratica dois ou mais

<sup>102</sup> NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal**: parte geral e parte especial. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. p. 520.

<sup>103</sup> PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro**: parte especial: arts. 121 a 183. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. v.2. p.493/494.

crimes”, mas devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro apenas para a fixação da pena. Tanto é verdadeira esta conclusão que o art. 119 do Código Penal prevê que, no caso de concurso de crimes, a extinção da punibilidade incidirá sobre a pena de cada um isoladamente. c) Teoria mista. Para esta teoria, o crime continuado não constitui crime único nem concurso de crimes, e sim outra categoria (autônoma). ” <sup>104</sup>

### 2.4.3 Teorias do Crime Continuado

As teorias do crime continuado se dividem em três, a saber: a Teoria Subjetiva, a Objetiva e a Objetivo-subjetiva, a seguir expostas.

Nesse sentido, Prado descreve que a existência de três teorias sobre o crime continuado:

- “a) *Teoria subjetiva*: o crime continuado caracteriza-se unicamente pela unidade de propósito ou desígnio (elemento subjetivo).
- b) *Teoria objetivo-subjetiva*: acrescenta à unidade de desígnios – consistente em uma programação inicial, de realização sucessiva -, determinados requisitos objetivos.
- c) *Teoria objetiva*: exposta por Feuerbach, essa teoria defende o exame objetivo dos elementos integrantes da continuidade delitiva, sem qualquer consideração de ordem subjetiva, atinente à programação do agente. Ou seja, basta a aferição das condições objetivas para a determinação da continuidade, que independe da unidade de desígnios. ” <sup>105</sup>

Ademais, Greco define as três teorias da seguinte maneira:

“A teoria objetiva preconiza que para o reconhecimento do crime continuado basta a presença de requisitos objetivos que, pelo art. 71 do Código Penal, são as condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes. Não há, para essa teoria, necessidade de se aferir a unidade de desígnio, por nós denominada de relação de contexto, entre as diversas infrações penais.  
[...] a teoria subjetiva que, independentemente dos requisitos da natureza objetiva [...], a unidade de desígnio ou, para nós, a relação de contexto entre as infrações penais é suficiente para que se possa caracterizar o crime continuado.

<sup>104</sup> ESTEFAM, André; GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Direito Penal Esquematizado**: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 454.

<sup>105</sup> PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro**: parte especial: arts. 121 a 183. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. v.2. p. 494.

A última teoria, que possui natureza híbrida, exige tanto as condições objetivas como o indispensável dado subjetivo, ou seja, deverão ser consideradas não só as condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, como também a unidade de desígnio ou relação de contexto entre as ações criminosas. ” <sup>106</sup>

Já Estefam e Rios asseveram a existência de apenas duas teorias sobre o tema. São elas, *verbis*:

- “a) teoria objetiva pura: o crime continuado exige somente os requisitos de ordem objetiva elencados no art. 71 do Código Penal — que os crimes sejam da mesma espécie e cometidos nas mesmas circunstâncias de tempo, local e modo de execução. A lei não exige qualquer requisito de ordem subjetiva, dispensando a verificação quanto à finalidade do agente ao reiterar a ação delituosa;
- b) teoria objetivo-subjetiva: a continuação delitiva pressupõe a coexistência dos requisitos objetivos e subjetivo (unidade de desígnios), ou seja, só pode ser reconhecida quando demonstrada a previa intenção de cometer vários delitos em continuação. Esta teoria é também chamada de mista. ” <sup>107</sup>

Dessa forma, a Teoria Subjetiva exige tão somente a demonstração da unidade de desígnios para que o crime continuado se configure. Aqui, é necessário que o agente demonstre que desde o início do iter criminis agiu com um único propósito.

A Teoria Objetiva, ao contrário do que requer a supracitada teoria, não exige a prova da unidade de desígnios, sendo necessária apenas a demonstração dos requisitos objetivos.

Ao final, a última das teorias, a Teoria Objetivo-subjetiva é uma junção das duas outras teorias. Exige tanto a demonstração dos requisitos objetivos como a prova da unidade de desígnio para a configuração da continuidade delitiva.

<sup>106</sup> GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal**: parte geral. Rio de Janeiro: Impetus, 2014. v.1. p. 612.

<sup>107</sup> ESTEFAM, André; GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Direito Penal Esquematizado**: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 456.

O Código Penal adota a teoria objetiva, por entender que deve haver os requisitos previstos no texto legal, não dependendo de unidade de desígnios.

#### 2.4.4 Requisitos

Para a caracterização do crime continuado, deve-se observar os seguintes requisitos: “a) pluralidade de crimes da mesma espécie; b) condições semelhantes; c) unidade de desígnio. ”

Para Bitencourt os requisitos que caracterizam o crime como continuado são:

“a) *pluralidade de condutas* – o mesmo agente deve praticar duas ou mais condutas. Se houver somente uma conduta, ainda que desdobrada em vários atos ou vários resultados, o concurso pode ser formal.

b) *pluralidade de crimes da mesma espécie* – alguns doutrinadores consideram que crimes da mesma espécie são apenas os crimes previstos no mesmo dispositivo legal. Outros entendem que são da mesma espécie os crimes que lesam o mesmo bem jurídico, embora tipificados em dispositivos diferentes. [...]

c) *nexo da continuidade delitiva* - deve ser apurado pelas circunstâncias de tempo, lugar, modo de execução e outras semelhantes:

1) *Condições de tempo* – não se trata apenas das condições meteorológicas, mas especialmente do aspecto cronológico, isto é, deve haver uma conexão temporal entre as condutas praticadas, para que se configure a continuidade delitiva. [...] A *condição de tempo* é o que a doutrina alemã chama de “conexão temporal adequada”, isto é, uma certa continuidade de tempo. No entanto, essa continuidade temporal será irrelevante se não se fizerem presentes outros indícios objetivos de continuação das ações.

2) *Condições de lugar* – Deve existir entre os crimes da mesma espécie uma conexão espacial para caracterizar o crime continuado. Segundo Hungria, “não é necessário que seja sempre o mesmo lugar, mas a diversidade de lugares pode ser tal que se torne incompatível com a ideia de uma série continuada de ações para a realização de um só crime.

3) *Maneira de execução* – a lei exige semelhança e não identidade. A semelhança na “maneira de execução” se traduz no *modus operandi* de realizar a conduta delitiva. Maneira de execução é o modo, a forma, o estilo de praticar o crime, que, na verdade, é apenas mais um dos requisitos objetivos da continuação criminosa.

4) *Outras condições semelhantes* – como outras “condições semelhantes” a doutrina aponta a *mesma oportunidade* e a *mesma situação* propícias para a prática do crime.

[...]

Concluindo, para a ocorrência de crime continuado, a lei exige dois tipos de homogeneidade: *homogeneidade* de bens jurídicos atingidos e *homogeneidade* de processo executório.”<sup>108</sup>

A unidade de desígnio compreende o requisito subjetivo da continuidade delitiva. Os requisitos objetivos são aqueles descritos no caput do artigo 71 do Código Penal, quais sejam, os crimes de mesma espécie, as condições de tempo, lugar, maneira de execução e, ainda, outras circunstâncias semelhantes.

No que concerne aos crimes de mesma espécie, há dois entendimentos diversos acerca desse requisito. O primeiro, predominante na jurisprudência, acredita que crimes de mesma espécie são aqueles que estão previstos no mesmo tipo penal, não necessitando estarem no mesmo artigo. Há, porém, admissão, excepcionalmente, de crimes não previstos no mesmo tipo penal. Por outro lado, o segundo entende que são crimes de mesma espécie os que protegem o mesmo bem jurídico, embora em tipos penais distintos. A título de exemplo, tal corrente utiliza os crimes de furto mediante e fraude e de estelionato.<sup>109</sup>

Na mesma ótica, as condições de lugar ou espaço devem observar o ritmo utilizado pelo agente para a realização dos crimes, levando em conta a proximidade dos locais atingidos pelo agente. Relativamente à maneira de execução, o juiz deve levar em consideração os meios empregados pelo agente para a realização dos delitos, que o levam geralmente a um padrão executório.<sup>110</sup>

Em igual sentido, leciona Masson:

“A lei ainda impõe a semelhança entre a maneira de execução pela qual os crimes são praticados, isto é, o agente deve seguir sempre um padrão análogo em suas diversas condutas. Um furto praticado por meio de

<sup>108</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 780.

<sup>109</sup> MASSON, Cleber Rogério. **Código Penal Esquematizado**: parte especial. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2011. v.2. p. 1085/1086.

<sup>110</sup> NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal**: parte geral e parte especial. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014. p. 391.



escalada e outro efetuado com rompimento de obstáculo, por exemplo, malgrado compreendidos como crimes da mesma espécie, impedem a continuidade delitiva, em face do distinto modo de execução.

Pelo mesmo motivo, a variação de comparsas e o fato de o agente praticar um crime isoladamente e outro em concurso inviabilizam a configuração do crime continuado. ” <sup>111</sup>

Ademais, quanto às outras circunstâncias semelhantes, Nucci, assim, leciona:

“É lógico que estamos tratando de circunstâncias objetivas semelhantes, pois o critério de semelhança somente pode estar conectado aos primeiros requisitos enumerados pelo legislador, todos objetivos. No mais, qualquer tipo de componente do delito que permita demonstrar a parecença entre eles é suficiente. Ex.: obter o agente sempre do mesmo informante os dados necessários para praticar seus delitos. ” <sup>112</sup>

Há, entretanto, que se distinguir o crime continuado do delito habitual. Neste, cada um dos atos não é suscetível de punição, isoladamente, pois todos juntos compõem um único fato delituoso e a pluralidade de tais atos é um elemento do tipo. Já no crime continuado, cada um dos atos agrupados é punível e, por si só, reúne todas as características do fato delituoso.

Partindo dos conceitos e premissas esposadas aqui, verificar-se-á a abordagem dos concursos de crimes no caso concreto de roubo contra várias vítimas no mesmo espaço de tempo e lugar.

---

<sup>111</sup> MASSON, Cleber Rogério. **Código Penal Esquematizado**: parte especial. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2011. v.2. p. 1085/1086.

<sup>112</sup> NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal: parte geral e parte especial. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.p. 391/392.

### 3 ROUBO EM TRANSPORTE COLETIVO

É cediço que tanto a doutrina quanto a jurisprudência acordam no sentido de que o roubo praticado em transporte coletivo que atinge patrimônio diversos configura hipótese de concurso de crimes. Contudo, estas divergem quanto à espécie do concurso de crimes que deverá ser aplicada.

#### 3.1 Análise Doutrinária

Entende-se que é a partir da finalidade do agente que é possível determinar o número de ações, que podem se exteriorizar através de uma ou várias manifestações. Verifica-se, assim, que enquanto no concurso material e no crime continuado o agente possui várias finalidades e as expressa mediante várias ações, no concurso formal o agente tem várias finalidades, porém as expressa através de uma única ação. Dessa forma, quando houver multiplicidade de ações, o concurso não pode ser formal, podendo ser somente concurso material ou continuidade delitiva.<sup>113</sup>

O impasse quanto à aplicação do concurso de crimes se deu antes da reforma da Parte Geral do Código Penal, uma vez que para a jurisprudência majoritária não era possível a configuração de continuidade delitiva quando houvesse o emprego de violência ou grave ameaça à pessoa. Todavia, com a mencionada reforma é plenamente cabível a aplicação da continuidade delitiva ainda que o crime tivesse sido praticado com violência ou grave ameaça contra a vítima, haja vista o disposto no parágrafo único do artigo 71 do Código Penal.<sup>114</sup>

Assim, o mesmo contexto fático demonstra que os crimes foram praticados nas mesmas condições de tempo, lugar e maneira de execução. Dito isso, o agente que entra em um transporte coletivo, comete o delito de roubo, subtraindo mediante violência ou

---

<sup>113</sup> BÉZE, Patrícia Mothé Gliöche. **Roubo praticado contra várias vítimas**. Carta Forense, 06 de dezembro de 2006. Disponível em: <<http://www.cartaforense.com.br/conteudo/colunas/roubo-praticado-contra-varias-vitimas/576>>. Acesso em: 12 ago 2015.

<sup>114</sup> Idem.

grave ameaça o patrimônio de vítimas diversas pratica várias ações e vários crimes da mesma espécie, nas mesmas condições de tempo, lugar e maneira de execução, do qual os atos subsequentes são continuação dos antecedentes.<sup>115</sup>

Com tais considerações, entende a autora que, ao contrário da posição jurisprudencial, a hipótese de um agente que comete o delito de roubo e atinge o patrimônio de várias vítimas no mesmo contexto fático configura crime continuado.<sup>116</sup>

Todavia, Rios Gonçalves, em igual posicionamento da atual jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – abaixo demonstrado –, leciona que se o agente, no mesmo contexto fático, emprega violência contra duas pessoas e lhes subtrai os pertences, responderá por dois delitos de roubo em concurso formal, uma vez que houve uma ação e lesão a dois patrimônios. O autor ressalta, ainda, que se o agente aborda uma única pessoa e somente contra ela emprega grave ameaça, porém subtrai objetos desta e de terceiro, que estavam em seu poder, também responderá por dois delitos de roubo em concurso formal, desde que fique provado nos autos que o agente sabia que os bens pertenciam a pessoas diversas.<sup>117</sup>

A propósito, confirmam-se, o que o mencionado autor diz:

“[...]”

b) se o agente, em um só contexto fático, emprega grave ameaça contra duas pessoas e subtrai objetos de ambas, responde por dois crimes de roubo em concurso formal, já que houve somente uma ação (ainda que composta de dois atos) e duas lesões patrimoniais. Exemplo: assaltante que entra em ônibus, subjuga vários passageiros e leva seus pertences. Entretanto, entende-se que há crime único quando o agente entra em uma casa e rouba bens de membros de uma mesma família, com o argumento de que o patrimônio, nesse caso, é um só.”<sup>118</sup>

<sup>115</sup> BÉZE, Patrícia Mothé Gliöche. **Roubo praticado contra várias vítimas**. Carta Forense, 06 de dezembro de 2006. Disponível em: <<http://www.cartaforense.com.br/conteudo/colunas/roubo-praticado-contra-varias-vitimas/576>>. Acesso em: 12 ago 2015.

<sup>116</sup> Idem.

<sup>117</sup> GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Direito penal esquematizado**: parte especial. – São Paulo: Saraiva 2011, p. 354.

<sup>118</sup> Idem. **Dos crimes contra o patrimônio**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

Percebe-se, dessa forma, que a doutrina diverge entre si quanto à espécie de concurso de crimes que deverá ser aplicada quando há o cometimento do delito de roubo, no mesmo contexto fático, que atinge o patrimônio de várias vítimas.

### 3.2 Análise Jurisprudencial

Ao analisar a recente jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, verifica-se que nas hipóteses em que o crime de roubo é praticado contra várias vítimas e atinge patrimônios diversos restaria configurado o concurso formal de crimes. Assim, o roubo praticado em transporte coletivo contra várias vítimas atrai a aplicação da regra do concurso formal de crimes. Entende-se assim por se tratar de uma única ação para diversos atos, no caso, diversas subtrações.

Desse modo, confira-se os acórdãos julgados pela Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, *verbis*:

“HABEAS CORPUS. ROUBO. ART. 157, § 2.º, INCISOS I E II, DO CÓDIGO PENAL. PRINCÍPIO DA CORRELAÇÃO ENTRE ACUSAÇÃO E SENTENÇA CONDENATÓRIA. VIOLAÇÃO. INOCORRÊNCIA. DELITOS PRATICADOS MEDIANTE UMA SÓ AÇÃO, CONTRA DIVERSAS VÍTIMAS. PATRIMÔNIOS DISTINTOS. CONCURSO FORMAL CONFIGURADO. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA.

[...]

**2. Resta caracterizado o concurso formal quando praticado o crime de roubo, mediante uma só ação, contra vítimas distintas, pois atingidos patrimônios diversos. Precedentes.**

3. Ordem de habeas corpus denegada.”<sup>119</sup>

“HABEAS CORPUS. CRIME DE ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR. DESNECESSIDADE DE REPRESENTAÇÃO FORMAL. CRIMES DE ROUBO. CONCURSO FORMAL CONFIGURADO. AUMENTO NO MÁXIMO PREVISTO EM LEI. INEXISTÊNCIA DE MOTIVAÇÃO VÁLIDA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS PARCIALMENTE CONCEDIDO.

[...]

---

<sup>119</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Habeas Corpus. **HC 228.777/MG**. Quinta Turma. Rel. Ministra LAURITA VAZ. Brasília, 14/05/2013. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num\\_registro=201103054344&dt\\_publicacao=21/05/2013](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201103054344&dt_publicacao=21/05/2013)>. Acesso em: 23 jul 2015. Grifo nosso.

**2. Resta caracterizado o concurso formal quando praticado o crime de roubo, mediante uma só ação, contra vítimas distintas, pois atingidos patrimônios diversos. Precedentes.**

[...]

4. Ordem de habeas corpus parcialmente concedida para, mantida a condenação, reformar a sentença e o acórdão, no tocante a individualização da pena, e fixar em 1/5 (um quinto) o aumento decorrente do concurso formal de crimes. ” <sup>120</sup>

No mesmo sentido, firmou-se a jurisprudência da Sexta Turma da Colenda Corte, *verbis*:

“HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO SUBSTITUTIVA DE RECURSO ESPECIAL. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. CONDENAÇÃO. CAUSAS DE AUMENTO. ACRÉSCIMO ACIMA DO MÍNIMO. NECESSIDADE DE CONCRETA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 443/STJ. VÍTIMAS DIFERENTES. ÚNICA AÇÃO. CONCURSO FORMAL. NÃO CONHECIMENTO. ORDEM DE OFÍCIO.

[...]

**3. Não há ilegalidade a ser reconhecida se as instâncias originárias justificaram adequadamente a configuração do concurso formal, haja vista o cometimento de dois crimes de roubos, contra vítimas diferentes, mediante uma só ação. A despeito de as vítimas estarem no mesmo local, não há falar em crime único.**

4. Writ não conhecido. Ordem concedida de ofício para reduzir a reprimenda imposta à paciente. ” <sup>121</sup>

“HABEAS CORPUS. ROUBO DUPLAMENTE MAJORADO. WRIT SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. DESVIRTUAMENTO. CONCURSO FORMAL VERSUS CRIME ÚNICO. VÍTIMAS DIFERENTES. MANIFESTO CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO.

**1. Praticado o crime de roubo em um mesmo contexto fático, mediante uma só ação, contra vítimas diferentes, tem-se configurado o concurso formal de crimes, e não a ocorrência de crime único, visto que violados patrimônios distintos. Precedentes.**

**2. No caso, o paciente, mediante uma só ação, subtraiu bens pertencentes a vítimas diversas, o que evidencia a duplicidade de**

<sup>120</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Habeas Corpus. **HC 213.571/MG**. Quinta Turma. Rel. Ministra LAURITA VAZ. Brasília, 22/10/2013. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num\\_registro=201101659127&dt\\_publicacao=05/11/2013](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201101659127&dt_publicacao=05/11/2013)>. Acesso em 23 jul 2015. Grifo nosso.

<sup>121</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Habeas Corpus. **HC 172.866/SP**. Sexta Turma. Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA. Brasília, 17/09/2013. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num\\_registro=201000889259&dt\\_publicacao=25/09/2013](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201000889259&dt_publicacao=25/09/2013)>. Acesso em 23 jul 2015. Grifo nosso.

**resultados e, conseqüentemente, a ocorrência de concurso formal de crimes.**

3. Habeas corpus não conhecido. ” <sup>122</sup>

“PENAL. HABEAS CORPUS. ART. 157, § 2.º, I E II, (POR TRÊS VEZES) C.C. ART. 70, DO CÓDIGO PENAL. (1) WRIT SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. INVIABILIDADE. VIA INADEQUADA. (2) AUSÊNCIA DE APREENSÃO DA ARMA DE FOGO UTILIZADA. IRRELEVÂNCIA. (3) MAJORANTES. QUANTUM DE ACRÉSCIMO. SÚMULA Nº 443 DESTA CORTE. ILEGALIDADE MANIFESTA. (4) CRIME COMETIDO MEDIANTE UMA SÓ AÇÃO. PATRIMÔNIOS DIVERSOS. CRIME ÚNICO. IMPOSSIBILIDADE. CONCURSO FORMAL. (5) REGIME INICIAL FECHADO. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. (6) NÃO CONHECIMENTO. ORDEM DE OFÍCIO.

[...]

**4. É assente neste Tribunal Superior que, praticado o crime de roubo mediante uma só ação, contra vítimas diferentes, não há se falar em crime único, mas sim em concurso formal, visto que violados patrimônios distintos. Precedentes.**

[...]

6. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, a fim de reduzir a pena do paciente para 6 (seis) anos e 8 (oito) meses de reclusão, mais 16 (dezesesseis) dias-multa, mantidos os demais termos da sentença e do acórdão. ” <sup>123</sup>

O Supremo Tribunal Federal se posiciona no mesmo sentido do Superior Tribunal de Justiça, ao entender que o roubo praticado contra diversas vítimas e que atinge patrimônios distintos configura hipótese de concurso formal de crimes. Confira-se, a propósito, o seguinte julgado da Suprema Corte, *verbis*:

**“E M E N T A RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PENAL. ROUBO. ÚNICA CONDUTA DIRIGIDA A VÍTIMAS DISTINTAS. PREJUÍZO A PATRIMÔNIOS DIVERSOS. CONCURSO FORMAL CONFIGURADO. A prática do crime de roubo com ofensa a vítimas diversas, com prejuízo psíquico e físico para ambas, configura hipótese de concurso formal, com espeque no art. 70 do Código**

<sup>122</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Habeas Corpus. **HC 255.972/MG**. Sexta Turma. Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ. Brasília, 18/09/2014. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num\\_registro=201202096918&dt\\_publicacao=02/10/2014](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201202096918&dt_publicacao=02/10/2014)>. Acesso em 23 jul 2015. Grifo nosso.

<sup>123</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Habeas Corpus. **HC 275.122/SP**. Sexta Turma. Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA. Brasília, 27/06/2014. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num\\_registro=201302579695&dt\\_publicacao=04/08/2014](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201302579695&dt_publicacao=04/08/2014)>. Acesso em 23 jul 2015. Grifo nosso.

**Penal.** Precedentes. Recurso ordinário em habeas corpus a que se nega provimento. ” <sup>124</sup>

Em igual sentido, firmou entendimento a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, sob relatoria do Ministro Ayres Britto:

“EMENTA: HABEAS CORPUS. CRIME DE ROUBO. VÍTIMAS DIVERSAS. CONCURSO FORMAL (ART. 70 DO CP). ALEGAÇÃO DE CRIME ÚNICO. VIA PROCESSUALMENTE CONTIDA DO HABEAS CORPUS. ORDEM DENEGADA. **1. É pacífica a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido da caracterização do concurso formal (art. 70 do Código Penal), quando o delito de roubo acarreta lesão ao patrimônio de vítimas diversas. Precedentes específicos: HC 103.887, da relatoria do ministro Gilmar Mendes; HC 91.615, da relatoria da ministra Cármen Lúcia; HC 68.728, da relatoria do ministro Sepúlveda Pertence. (...) 4. Ordem denegada.** ” <sup>125</sup>

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, em igual sentido, conclui que o roubo cometido no interior de transporte coletivo que atinge o patrimônio de vítimas diversas é hipótese de concurso formal e não crime único.

Confiram-se, a propósito, os seguintes julgados do referido Tribunal de Justiça, *verbis*:

“PENAL E PROCESSO PENAL. ROUBO CIRCUNSTANCIADOPELO CONCURSO DE AGENTES PRATICADO EM TRANSPORTE COLETIVO. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. DOSIMETRIA. REDUÇÃO DA PENA. IMPOSSIBILIDADE. MAUS ANTECEDENTES CONFIGURADOS. CONCURSO DE PESSOAS COMPROVADO. FRAÇÃO MÍNIMA DE AUMENTO. CINCO VÍTIMAS DISTINTAS. CONCURSO FORMAL. FRAÇÃO DE AUMENTO EM 1/3 (UM TERÇO). SENTENÇA MANTIDA. [...]

<sup>124</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Ordinário em Habeas Corpus. **RHC 112871/DF**. Primeira Turma. Relator(a): Min. ROSA WEBER. Brasília, 16/04/2013. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28112871%29&base=baseAcor daos&url=http://tinyurl.com/p4ql2ro>>. Acesso em 23 jul 2015. Grifo nosso.

<sup>125</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Habeas Corpus. **HC 96787/RS**. Segunda Turma. Relator(a): Min. AYRES BRITTO. Brasília, 31/05/2011. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%2896787%29&base=baseAcord aos&url=http://tinyurl.com/mz2eqmz>>. Acesso em 23 jul 2015. Grifo nosso.

**3. A prática do delito de roubo em transporte coletivo, mediante uma só ação contra vítimas distintas, enseja o reconhecimento do concurso formal, e não crime único. Incidência da regra do art. 70, "caput", primeira parte, do Código Penal.**

[...]

6. Recurso conhecido e não provido. ” <sup>126</sup>

Desse modo, verifica-se os seguintes acórdãos julgados pelos Ministros da Quinta e Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça:

“PENAL E PROCESSUAL. ART. 157, § 2º, INCISO I, POR TRÊS VEZES, NA FORMA DO ART. 70, AMBOS DO CÓDIGO PENAL. DESCLASSIFICAÇÃO DA CONDUTA PARA A MODALIDADE TENTADA. RECONHECIMENTO DA CONTINUIDADE DELITIVA – INVIABILIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO.

O direito penal brasileiro adotou a teoria da apprehensio ou amotio, de sorte que a consumação do roubo dá-se quando a coisa subtraída transfere para o poder o agente, ainda que venha a ser restituída logo após perseguição imediata, sendo prescindível a posse tranquila ou que a res subtracta saia da esfera da vigilância da vítima.

Se as provas carreadas para os autos, demonstram que o acusado, mediante grave ameaça, adentrou em um ônibus escolar, subjugou as vítimas e lhes arrebatou bens pessoais, fugindo em seguida com a res furtiva, porém sendo capturado pela polícia logo após, afasta-se a tese defensiva de desclassificação para roubo tentado, porquanto o réu, ainda que por curto período de tempo, deteve a posse da coisa subtraída.

**Se o acusado, em roubo perpetrado em transporte coletivo escolar, com uma só ação, atingiu o patrimônio de três vítimas distintas, deve incidir à espécie o instituto do concurso formal, não havendo falar-se em continuidade delitiva.** ” <sup>127</sup>

Noutro giro, o Superior Tribunal de Justiça possui o entendimento de que a continuidade delitiva ocorre quando preenchidos os requisitos objetivos, quais sejam, mesmas condições de tempo, lugar e maneira de execução e, ainda, o requisito subjetivo

<sup>126</sup> DISTRITO FEDERAL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Apelação Criminal.

**Acórdão n.887339, 20130310379585APR.** Terceira Turma Criminal. Relator: HUMBERTO ADJUTO ULHÔA, Revisor: NILSONI DE FREITAS. Distrito Federal, 13/08/2015. Disponível em:

<<http://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj>>. Acesso em 23 jul 2015. Grifo nosso.

<sup>127</sup> DISTRITO FEDERAL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Apelação Criminal.

**Acórdão n.811862, 20130810088956APR.** Primeira Turma Criminal. Relator: ROMÃO C. OLIVEIRA, Revisor: MARIO MACHADO. Distrito Federal, 14/08/2014. Disponível em:

<<http://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj>>. Acesso em 23 jul 2015. Grifo nosso.



– desígnios autônomos ou vínculo subjetivo entre as ações. A referida conclusão é inferida nos julgados a seguir, *in verbis*:

“HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO ORIGINÁRIA. SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO ESPECIAL CABÍVEL. IMPOSSIBILIDADE. RESPEITO AO SISTEMA RECURSAL PREVISTO NA CARTA MAGNA. NÃO CONHECIMENTO.

[...]

ROUBOS. EXECUÇÃO DA PENA. PRETENDIDO RECONHECIMENTO DA CONTINUIDADE DELITIVA. EXAME DOS REQUISITOS DO ART. 71 DO CÓDIGO PENAL.

NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO APROFUNDADO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE NA VIA ESTREITA DO WRIT.

**1. Para a caracterização da continuidade delitiva é imprescindível o preenchimento de requisitos de ordem objetiva - mesmas condições de tempo, lugar e forma de execução - e subjetiva - unidade de desígnios ou vínculo subjetivo entre os eventos (art. 71 do CP) (Teoria Mista ou Objetivo-subjetiva).**

[...]

4. Habeas corpus não conhecido. ” <sup>128</sup>

“AGRAVO REGIMENTAL. INDEFERIMENTO LIMINAR DE HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO. EXECUÇÃO. ROUBOS. PRETENDIDO RECONHECIMENTO DA CONTINUIDADE DELITIVA. EXAME DOS REQUISITOS DO ART. 71 DO CP. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO APROFUNDADO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INVIABILIDADE. PRECEDENTES.

[...]

**2. Este Superior Tribunal de Justiça vem adotando a teoria mista, segundo a qual, para a caracterização da continuidade delitiva, afigura-se imprescindível o preenchimento de requisitos de ordem objetiva (mesmas condições de tempo, lugar e forma de execução) e subjetiva (unidade de desígnios ou vínculo subjetivo entre os eventos).**

[...]

4. Agravo regimental improvido. ” <sup>129</sup>

<sup>128</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Habeas Corpus. **HC 292.721/RS**. Quinta Turma. Rel. Ministro JORGE MUSSI. Brasília, 05/08/2014. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num\\_registro=201400865192&dt\\_publicacao=18/08/2014](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201400865192&dt_publicacao=18/08/2014)>. Acesso em 23 jul 2015. Grifo nosso.

<sup>129</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Regimental no Habeas Corpus. **AgRg no HC 297.622/SP**. Sexta Turma. Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR. Brasília, 18/09/2014. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num\\_registro=201401535844&dt\\_publicacao=07/10/2014](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201401535844&dt_publicacao=07/10/2014)>. Acesso em 23 jul 2015. Grifo nosso.

Desse modo, para a caracterização da continuidade delitiva é imprescindível o preenchimento dos requisitos objetivos e subjetivos do tipo penal de roubo, conforme o caso em comento. E por tais razões inadmitem a aplicação do crime único aos casos em que há violação a patrimônios de vítimas diversas.

### **3.3 Concurso formal x continuidade delitiva**

Por tudo o que foi exposto, a aplicação do concurso formal parece ser a mais adequada para a prática do delito de roubo contra várias vítimas em transporte coletivo, por se entender que o agente ao atingir o patrimônio de diversas vítimas pratica vários delitos, mediante uma única ação.

Para configurar-se o concurso formal é imprescindível o preenchimento de seus requisitos, quais sejam, a unidade de conduta (uma única ação) e, ainda, a pluralidade de delitos (prática de mais de um crime).

No caso em tela, no momento em que o agente anuncia o assalto em um transporte coletivo e, com emprego de violência ou grave ameaça atinge o patrimônio de vítimas distintas, está praticando uma única ação, que resultará em vários crimes de roubo no momento em que houver a inversão de posse de cada bem.

Isso porque, mediante uma única ação, o agente ao subtrair os bens alheios móveis viola mais de um bem tutelado. E, ainda que o agente tenha um único desígnio, seu comportamento se estende contra mais de uma vítima, ocorrendo, assim, a pluralidade de crimes.

Assim, o posicionamento adotado é o mesmo dos Tribunais Superiores, tendo em vista que, como já explicado, o roubo em transporte coletivo perpetrado, mediante uma única ação, contra várias vítimas e que consequentemente fere mais de um bem jurídico tutelado, ou seja, atinge vários patrimônios configura hipótese de concurso formal e não

crime único, porquanto neste o agente pratica dois ou mais crimes por intermédio de uma única ação.

## CONCLUSÃO

O presente trabalho obteve como problemática central a aplicabilidade do concurso de crimes ao delito de roubo praticado contra várias vítimas em transporte coletivo. Para tanto, houve análise minuciosa dos pontos pertinentes para tal compreensão.

O roubo, cuja previsão se encontra no artigo 157 do Código Penal Brasileiro, faz parte do rol de crimes contra o patrimônio e se caracteriza pelo o intuito do agente de subtrair coisa alheia móvel, mediante violência ou grave ameaça a vítima ou, ainda, depois de haver a coisa alheia móvel, por qualquer meio reduzir a capacidade de resistência da vítima.

O delito ora em comento possui a mesma característica do delito de furto – previsto no artigo 155 do Código Penal –, qual seja, “subtrair coisa alheia móvel para si ou para outrem”, mas é agravado pelo emprego de grave ameaça ou violência à pessoa ou, ainda, qualquer meio capaz de reduzir a capacidade de resistência de quem sofre as agressões.

Ressalte-se, ademais, a existência de duas espécies do delito de roubo que serão identificadas a partir do momento em que a violência ou a grave ameaça são empregadas contra a vítima. A primeira se encontra prevista no caput do artigo 157 do Código Penal, denominada de roubo próprio e se caracteriza pelo emprego de violência ou grave ameaça antes ou durante a subtração da coisa alheia móvel. A segunda, descrita no §1º do artigo 157 do Código Penal, ocorre quando a subtração já se efetivou e o emprego de violência ou grave ameaça a vítima ocorre posteriormente.

Para a análise do caso proposto é necessário estudar o concurso de crimes, explicando para tanto todos os tipos e quando estes se caracterizam.

O concurso material de crimes, previsto no artigo 69 do Código Penal e ocorre quando o agente delituoso, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, podendo ser os crimes idênticos ou não.

O concurso formal de crimes, previsto no artigo subsequente, qual seja, artigo 70 do Código Penal que se dá quando o agente, por intermédio de uma única ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não.

Por fim, o crime continuado, disposto no artigo 71 do Código Penal, e caracterizado quando o agente, por meio de mais de uma ação, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e as condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhanças fazem presumir que os subsequentes são tidos como continuação do primeiro.

Nota-se que enquanto no concurso material as penas privativas de liberdade são somadas, no concurso formal e no crime continuado, aplica-se apenas uma das penas, se os delitos forem idênticos ou, ainda, aplica-se a pena mais grave se os crimes forem diversos, aumentando-se de 1/6 até a metade no concurso formal e de 1/6 a 2/3 no crime continuado.

Na análise jurisprudencial do caso proposto, verifica-se que o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios possuem entendimento pacífico de que o crime de roubo praticado em transporte coletivo atraia a aplicação do concurso formal de crimes.

Todavia, a doutrina apresentou posicionamentos diversos. O primeiro, em sentido contrário ao da jurisprudência dos supracitados Tribunais, afirma ser o delito de roubo, em transporte coletivo, praticado contra várias vítimas hipótese de continuidade delitiva, enquanto que o segundo, em igual posicionamento da jurisprudência, entende que o referido delito se configura como concurso formal de crimes.

A prática do crime de roubo contra várias vítimas em transporte coletivo, em tese, consubstancia-se na soma de várias subtrações de coisas alheias móveis, para si, mediante violência ou grave ameaça aos passageiros.

Ao final, entende-se que, em igual posicionamento do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, o concurso formal de crimes seria o mais adequado, uma vez que o agente ao adentrar o transporte coletivo e, mediante uma única ação, atinge o patrimônio de várias vítimas, praticando, assim, vários crimes, resta configurada a hipótese de concurso formal de crimes, com o preenchimento dos requisitos previstos no artigo 70 do Código Penal Brasileiro.

## REFERÊNCIAS

BATISTA, Weber Martins. O furto e o roubo no Direito Penal e no Processo Penal: doutrina e jurisprudência. 3 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

BÉZE, Patrícia Mothé Gliocche. **Roubo praticado contra várias vítimas**. Carta Forense, 06 dez. 2006. Disponível em: <<http://www.cartaforense.com.br/conteudo/colunas/roubo-praticado-contra-varias-vitimas/576>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2009. v.1.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**: parte especial. São Paulo: Saraiva, 2010. v.2.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2012.

BRASIL. **Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Rio de Janeiro, 1940. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm)>. Acesso em: 13 jul 2015.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Regimental no Habeas Corpus. **AgRg no HC 297.622/SP**. Sexta Turma. Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR. BRASIL, 18/09/2014. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num\\_registro=201401535844&dt\\_publicacao=07/10/2014](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201401535844&dt_publicacao=07/10/2014)>. Acesso em 23 jul 2015. Grifo nosso.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Habeas Corpus. **HC 172.866/SP**. Sexta Turma. Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA. BRASIL, 17/09/2013. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num\\_registro=201000889259&dt\\_publicacao=25/09/2013](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201000889259&dt_publicacao=25/09/2013)>. Acesso em 23 jul 2015. Grifo nosso.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Habeas Corpus. **HC 213.571/MG**. Quinta Turma. Rel. Ministra LAURITA VAZ. BRASIL, 22/10/2013. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num\\_registro=201101659127&dt\\_publicacao=05/11/2013](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201101659127&dt_publicacao=05/11/2013)>. Acesso em 23 jul 2015. Grifo nosso.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Habeas Corpus. **HC 228.777/MG**. Quinta Turma. Rel. Ministra LAURITA VAZ. BRASIL, 14/05/2013. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num\\_registro=201103054344&dt\\_publicacao=21/05/2013](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201103054344&dt_publicacao=21/05/2013)>. Acesso em: 23 jul 2015. Grifo nosso.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Habeas Corpus. **HC 255.972/MG**. Sexta Turma. Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ. BRASIL, 18/09/2014. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num\\_registro=201202096918&dt\\_publicacao=02/10/2014](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201202096918&dt_publicacao=02/10/2014)>. Acesso em 23 jul 2015. Grifo nosso.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Habeas Corpus. **HC 275.122/SP**. Sexta Turma. Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA. BRASIL, 27/06/2014. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num\\_registro=201302579695&dt\\_publicacao=04/08/2014](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201302579695&dt_publicacao=04/08/2014)>. Acesso em 23 jul 2015. Grifo nosso.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Habeas Corpus. **HC 292.721/RS**. Quinta Turma. Rel. Ministro JORGE MUSSI. BRASIL, 05/08/2014. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num\\_registro=201400865192&dt\\_publicacao=18/08/2014](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201400865192&dt_publicacao=18/08/2014)>. Acesso em 23 jul 2015. Grifo nosso.

BRASIL. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Recurso Especial. **REsp 1124523/MG**. QUINTA TURMA. Rel. Ministro GILSON DIPP. BRASIL, 09/11/2010. Disponível em <[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num\\_registro=200901016020&dt\\_publicacao=22/11/2010](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=200901016020&dt_publicacao=22/11/2010)>. Acesso em: 12 jul 2015. Grifo nosso.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Habeas Corpus. **HC 96787/RS**. Segunda Turma. Relator(a): Min. AYRES BRITTO. BRASIL, 31/05/2011. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%2896787%29&base=baseAcordados&url=http://tinyurl.com/mz2eqmz>>. Acesso em 23 jul 2015. Grifo nosso.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Ordinário em Habeas Corpus. **RHC 112871/DF**. Primeira Turma. Relator(a): Min. ROSA WEBER. BRASIL, 16/04/2013. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28112871%29&base=baseAcordados&url=http://tinyurl.com/p4ql2ro>>. Acesso em 23 jul 2015. Grifo nosso.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**: parte especial. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. v.2.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**: parte especial. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**: parte especial. São Paulo: Saraiva, 2004. v.2.



DISTRITO FEDERAL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Apelação Criminal. **Acórdão n.811862, 20130810088956APR**. Primeira Turma Criminal. Relator: ROMÃO C. OLIVEIRA, Revisor: MARIO MACHADO. DISTRITO FEDERAL, 14/08/2014. Disponível em: <<http://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj>>. Acesso em 23 jul 2015. Grifo nosso.

DISTRITO FEDERAL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Apelação Criminal. **Acórdão n.887339, 20130310379585APR**. Terceira Turma Criminal. Relator: HUMBERTO ADJUTO ULHÔA, Revisor: NILSONI DE FREITAS. DISTRITO FEDERAL, 13/08/2015. Disponível em: <<http://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj>>. Acesso em 23 jul 2015. Grifo nosso.

DISTRITO FEDERAL. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. Apelação Criminal. **Acórdão n.649252, 20090110657154APR**. 2ª TURMA CRIMINAL. Relator: JOÃO TIMÓTEO DE OLIVEIRA, Revisor: SOUZA E AVILA. Distrito Federal, 24/01/2013. Disponível em: <<http://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj>>. Acesso em 16 de ago 2015. Grifo nosso.

DORIA, Marcos Vinicius Rodrigues Cesar. **Furto, Roubo e Latrocínio**. São Paulo: Servanda, 2011. v.1.

ESTEFAM, André; GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Direito Penal Esquematizado: parte geral**. São Paulo: Saraiva, 2012.

GRECO, Rogério, **Curso de Direito Penal: parte especial** (arts. 155 a 249 do cp). 8.ed. Rio Janeiro: Impetus, 2011.

GRECO, Rogério. **Código Penal Comentado**. 5.ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2011.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal: parte geral**. Rio de Janeiro: Impetus, 2014. v.1.

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Dos crimes contra o patrimônio**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

JESUS, Damásio de. **Direito Penal: parte geral**. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. v.1.

JESUS, Damásio Evangelista de. **Direito Penal: parte especial: dos crimes contra a pessoa e dos crimes contra o patrimônio**. 30. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. v.2.

JUNIOR, Octahydes Ballan. Furto, roubo e extorsão: doutrina, jurisprudência e prática jurídica. Rio de Janeiro, Leme: J.H.Mizuno, 2013.

MASSON, Cleber Rogério. **Código Penal Esquematizado: parte especial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2011. v.2.

MIRABETE, Julio Fabbrini, FABBRINI, Renato N. **Manual de Direito Penal**: parte geral. São Paulo: Atlas, 2012. v.2.

MIRABETE, Julio Fabbrini; FABBRINI, Renato N. **Manual de Direito Penal**: parte geral. São Paulo: Atlas, 2013. v.2.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Manual de Direito Penal**: parte especial: art. 121 a 234 do cp. **18. ed.** São Paulo: Atlas, 2001. v.2.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal**: parte geral e parte especial. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal**: parte geral e parte especial. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

PRADO, Luiz Regis, **Curso de Direito Penal Brasileiro**: parte geral. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. v.1.

PRADO, Luiz Regis, **Tratado de Direito Penal Brasileiro**, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro: parte especial: arts. 121 a 183**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. v.2.